

Juros altos são uma camisa de força Para Lula, “Brasil e seus vizinhos têm o direito de crescer”

Lula Marques - ABr



20 acordos: visita vai marcar novo papel estratégico nas relações do Brasil e China

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, programada para acontecer entre os dias 26 e 31 de março, deve representar uma clara sinalização do governo brasileiro da importância estratégica que o Brasil atribui à parceria com o país asiático e uma guinada em relação à política de descaso adotada pelo governo Bolsonaro na relação com os chineses. Os dois governos devem assinar pelo menos 20 acordos de cooperação bilateral, entre os quais se destaca o que prevê a construção e lançamento de um novo satélite para monitorar o desmatamento florestal na Amazônia e outros biomas. **Página 3**

Servidores fazem assembleias e aceitam 9% de reajuste federal

A maioria dos servidores públicos federais, em assembleias realizadas, já aprovou a proposta de reajuste de 9% apresentada pelo governo na Mesa Permanente de Negociação entre as entidades nacionais da categoria e o governo federal. **Página 5**

EUA possui 190 bancos na corda bamba, advertem economistas

Em torno de 190 bancos norte-americanos estão enfrentando riscos semelhantes aos que levaram à implosão e à falência do Silicon Valley Bank (SVB), de acordo com um artigo publicado esta semana na Social Science Research Network, um estudo assinado por quatro economistas. O SVB, o “banco das startups e da tecnologia”, que existia há 40 anos, foi fechado pelos reguladores na semana passada. **Pág. 7**



“Não podemos admitir tanta gente passando fome no continente”

Nós “temos o direito de crescer e não podemos admitir que em nosso continente haja tanta gente passando fome”, apontou o presidente Lula, durante a posse do novo Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri. Lula tem condenado o juro alto, principal entrave ao crescimento da economia. “Um país do tamanho do Brasil tem que combinar o seu crescimento econômico com o crescimento econômico de seus vizinhos. Não é possível pensar em um país rico cercado de países pobres”, disse Lula. **Pág. 3**

Fiesp: “se o juro não baixar, não adiantará fazer política industrial”



Foto (menor) da Folhapress ajudou na identificação dos golpistas que vandalizaram a estátua do STF

Presos vândalos da estátua do STF e ladrão da bola de Neymar

A Polícia Federal cumpriu, na sexta-feira (17), 32 mandados de prisão e 46 de busca e apreensão no âmbito da Operação Lesa Pátria, que investiga os responsáveis pelo ataque

terrorista do dia 8 de janeiro, em Brasília. O nome de todos os alvos ainda não foi divulgado, mas já se sabe que a bolsonarista que pichou a estátua “A Justiça”, que fica em frente ao Supremo Tribu-

nal Federal (STF), foi presa em Paulínia, no interior de São Paulo. Débora Santos foi identificada através de fotos e vídeos. Também foram presos o mecânico Fábio Alexandre de Oliveira, que

gravou um vídeo sentado em uma cadeira arrancada do Plenário do STF. Outro preso é Nelson Ribeiro Fonseca Júnior, que roubou da Câmara uma bola assinada pelo jogador Neymar. **Pág. 3**

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, classificou como ‘pornográficas as taxas de juros praticadas no Brasil’, durante seminário promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na segunda-feira (20). Para Josué Gomes, “é inconcebível” a atual taxa de juros (Selic) em 13,75% ao ano. Ele criticou o argumento de que o Brasil esteja sob risco fiscal e demonstrou na reunião, o contrário. **Página 2**

“Para país voltar a crescer, é vital derrotar o juro alto e a ditadura fiscal”, diz Nilson

Segundo o economista Nilson Araújo de Souza, o passo decisivo para que o presidente Lula tenha êxito na sua meta de fazer o país crescer e criar empregos é a redução imediata dos juros e a alteração da política fiscal restritiva que vem estrangulando a economia brasileira. Nilson avaliou a situação econômica atual em entrevista ao HP. **Página 2**

Suíça modifica a lei para UBS levar Credit Suisse sem consultar acionista

Em pleno domingo, o maior banco suíço, o UBS, anunciou a compra do segundo maior banco do país que estava na iminência de quebrar, o Credit Suisse, pela irrisória soma de US\$ 3,25 bilhões. O governo suíço precisou mudar a lei às pressas para que a fusão não passasse pela aprovação dos acionistas, e já ofereceu US\$ 280 bilhões de dinheiro público para o banco privado. **Pág. 6**

Nilson Araújo: “é vital reduzir os juros para o país crescer”



Foto: HP

Nilson: “O país está há anos refém do rentismo, uma situação que impede os investimentos do Estado e, como consequência, desestimula os investimentos privados”



“Se não baixarmos essas taxas de juros, de nada adiantará fazermos políticas industriais”, afirma o dirigente da Fiesp

“Juros praticados no Brasil são pornográficos”, denuncia Josué Gomes, presidente da Fiesp

Empresário desmonta “tese” do abismo fiscal: abatendo reservas e caixa do Tesouro, dívida pública é bem menor do que muitos países

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, classificou os juros praticados no Brasil como “pornográficos”. Nesta segunda-feira (20), em seminário promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gomes da Silva afirmou que “é inconcebível” a atual taxa de juros (Selic) em 13,75% ao ano e criticou o argumento de que o Brasil esteja sob risco fiscal.

“É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil, muitos querem associá-la a um problema fiscal. Eu não posso acreditar que um país com a riqueza do Brasil, que tem uma dívida bruta de 72, 73% do PIB, que tem reservas cambiais da ordem de 18%, 19%. Reservas essas que foram muito criticadas pelo mercado quando o presidente Lula no seu primeiro e segundo mandato acumulou essas reservas e chegamos aos US\$ 370 bilhões, sem as quais hoje nós estaríamos naquela política de ‘stop and go’, que tínhamos com restrições externas”, ressaltou.

O presidente da Fiesp acrescentou: “É graças a acumulação de reservas, que foi possível hoje nós

não termos mais essa restrição externa ao nosso crescimento. Porém nós criamos uma nova restrição, de uma tese, de que o problema é o abismo fiscal. Abismo fiscal de um país que tem 73% do PIB de dívida bruta. Tirando as reservas são mais ou menos 54% de dívida. Tirando o caixa do Tesouro Nacional é menos de 45% do PIB de dívida líquida”.

“Um país com a riqueza do Brasil, que comparativamente a outros países, equivalentes no mundo, tem uma dívida líquida que talvez seja um terço ou menos de outros países. Então esta não é uma boa explicação para as pornográficas taxas de juros que praticamos no Brasil”, sentenciou.

“E, se não abaixarmos essas taxas de juros, de nada adiantará fazermos políticas industriais. Porque as principais políticas industriais, aquelas que são mais horizontais e que portanto atingem o conjunto da economia, é justamente uma taxa de juros compatível com a dimensão com a riqueza com a capacidade de pagamento do nosso país e obviamente uma reforma tributária, que cria uma isonomia entre os setores”, finalizou o dirigente da Fiesp.

CNI: produção industrial atinge o menor nível para o mês de fevereiro desde 2017

A atividade industrial brasileira segue desaquecida neste início de 2023, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta quarta-feira (16). Com os juros nas alturas restringindo o crédito e elevando o endividamento e a inadimplência da população, a indústria não está conseguindo escoar o que produz ao varejo. De acordo com a CNI, o nível dos estoques segue acima do planejado pelos empresários, o que dificulta o aumento das atividades das indústrias.

De acordo com a pesquisa “Sondagem Industrial” da CNI, a produção e o emprego

no setor caíram, respectivamente, de 47,9 pontos para 45,2 pontos e de 49,2 pontos para 48,5 pontos, de janeiro para fevereiro. Quando se supera os 50 pontos, indica-se crescimento da produção. O índice varia de 0 a 100, quanto mais distante da linha de corte, em direção a zero, maior e mais disseminado é o recuo.

“A produção costuma recuar mesmo na passagem de janeiro para fevereiro, porém, de 2017 para cá, este foi o menor índice. Além disso, o número também é menor que a média histórica para o mês, de 46,5 pontos”, declarou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

“Nesse ambiente de juros altos por mais tempo”, lembra o economista da XP, Rodolfo Margato, em entrevista à CNN. “Os bens de capital, ou seja, máquinas, equipamentos direcionados a investimentos e também os bens de consumo duráveis, que dependem mais das condições de crédito, de financiamento, acabam sofrendo mais”.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/producao-industrial-atinge-o-menor-nivel-para-omes-de-fevereiro-desde-2017-aponta-cni/>

Segundo o economista, o passo decisivo para que o presidente Lula tenha êxito na sua meta de fazer o país crescer e criar empregos é a redução imediata dos juros e a alteração da política fiscal restritiva que vem estrangulando a economia brasileira

O economista e professor Nilson Araújo de Souza, membro da Comissão Política Nacional do PCdoB e diretor da fundação Maurício Grabois e do Instituto Cláudio Campos, avaliou, em entrevista ao HP nesta quarta-feira (15), que o que está na ordem do dia, “como poucas vezes esteve no Brasil, é a necessidade de se romper as amarras criadas com as políticas fiscais restritivas para que o país possa retomar o rumo do crescimento”.

O professor Nilson concorda com a intenção manifestada pelo presidente Lula de liderar a retomada dos investimentos públicos no país para, segundo ele, ‘fazer a roda da economia girar e criar empregos’. Para o economista, o passo necessário e decisivo para que o presidente tenha êxito nesta sua empreitada de lançar um forte plano de desenvolvimento nacional é a redução imediata dos juros e a alteração da atual política fiscal restritiva que ainda impera no Brasil.

O professor de economia e dirigente político vê também grandes oportunidades para a retomada do crescimento da economia brasileira com a atual conjuntura de crise das grandes potências e o enfraquecimento da chamada “globalização”. O nascimento de um mundo multipolar, segundo ele, pode abrir grandes oportunidades para o Brasil. “Explorar bem as oportunidades que se abrem cada vez mais multipolar neste momento parece ser um caminho extremamente promissor para o Brasil”, apontou Nilson. Confira a entrevista na íntegra!

HORA DO POVO: Como você está vendo a atual discussão sobre a nova política fiscal no Brasil?

NILSON ARAÚJO: O que está em jogo neste momento é se o país vai se libertar do rentismo e crescer ou se vai se manter atado à camisa de força neoliberal, que impõe – já não é de hoje – uma “ditadura fiscal” com o objetivo constante de estrangular a produção e o consumo em benefício da especulação financeira.

O Brasil está há anos sendo refém desta situação que impede os investimentos do Estado e, como consequência, também desestimula os investimentos privados. Este quadro é o que mantém a economia estagnada, com o desemprego e a miséria em níveis inaceitáveis.

Portanto, o que está na ordem do dia, como poucas vezes esteve, é a necessidade urgente de se romper essas amarras das políticas fiscais restritivas, reduzir os juros e retomar o rumo do crescimento e da melhoria da qualidade de vida da população. É isso que o presidente Lula quer, e é isso que o país necessita urgentemente.

HP: Como você analisa o início do governo Lula?

NILSON: O presidente Lula tem apontado, inclusive fez isso na reunião com os prefeitos, ocorrida nesta terça-feira (14), que fará de tudo para garantir que o país volte a crescer. No entanto, as forças econômicas da especulação, que estão ganhando muito na ciranda com títulos remunerados com o maior juro do mundo, também estão fazendo de tudo para impedir que Lula consiga fazer o que ele está determinado a fazer, que é liderar o crescimento econômico.

Ou seja, o mercado financeiro não quer que o país volte a crescer e que a vida da população brasileira melhore. Segundo os porta-vozes do chamado “mercado”, essas medidas podem aumentar os gastos do governo e afugentar os “investidores” – leia-se, especuladores –, que vivem da remuneração de seus títulos.

Estes investimentos que Lula quer fazer, diz o “mercado”, aumentariam a dívida e, com isso, “provocariam a incerteza e a volta da inflação”. Essa ladainha, que existe há décadas no Brasil, e que só visa garantir que os recursos públicos sejam drenados para a especulação, tem imposto uma estagnação crônica e destruído a capacidade produtiva do país. A montanha de “consultores” que os grupos rentistas estão despejando na grande mídia para defender essas suas “teses” mostra bem o que está em jogo no Brasil hoje.

HP: Por que você acha que os porta-vozes do chamado “mercado” estão fazendo tanta pressão para que o governo Lula mantenha o arrocho fiscal e não amplie os investimentos públicos?

NILSON: Esta disputa entre os que querem manter o parasitismo e a especulação como centro da política econômica e os que pretendem construir uma economia produtiva, próspera e inclusiva, é uma disputa decisiva para o Brasil e para a população brasileira neste momento.

Dependendo do que prevalecer como resultado deste embate, e de qual política econômica o governo Lula terá condições de colocar em prática nos próximos dias, ou meses, estará selado o futuro do país.

Poderemos ter um amplo crescimento econômico, caso a intenção de Lula de retomar os investimentos públicos

se concretize, ou poderemos ter muita instabilidade política, caso prevaleçam as teses neoliberais. A coisas estão sendo decididas exatamente neste momento.

O resultado desta contenda entre os interesses do país e de seu crescimento – defendidos por Lula – de um lado, e dos especuladores, que, apesar de serem apresentados como sendo o “mercado”, não passam de meia dúzia de monopólios financeiros e grandes grupos econômicos, interessa profundamente a todo o povo brasileiro.

Esses monopólios só pensam em enriquecimento próprio, rápido e voraz, obtido basicamente no parasitismo e na agiotagem, sem preocupação alguma com os destinos do país ou com a situação de seu povo – inclusive muitas vezes à custa de uma vasta destruição do meio ambiente.

Outra questão a ser analisada são os juros do Banco Central. Neste momento eles estão retendo recursos públicos que poderiam estar sendo canalizados para aliviar a situação fiscal e viabilizar os investimentos que o país tanto necessita.

A insistência do presidente do BC em manter os atuais juros está claramente beneficiando os especuladores e prejudicando as empresas, a população e o conjunto da economia nacional. A redução dos juros pelo BC pode, por exemplo, ser uma das fontes dos recursos que o Estado necessita para viabilizar os investimentos públicos que Lula tanto deseja.

HP: Você acha que a crise internacional que nós estamos assistindo ajuda ou atrapalha a situação do Brasil neste momento?

NILSON: O aprofundamento da crise das potências econômicas, situação que vem desestruturando as cadeias globais de suprimentos e serviços, está acirrando os conflitos geopolíticos e, com isso, causando, até certo ponto, um enfraquecimento da chamada “globalização”.

Isso pode trazer alguns problemas, como por exemplo uma certa insegurança na obtenção de alguns insumos usados no Brasil, mas, certamente, por outro lado, abre possibilidades econômicas enormes para o país, tanto oportunidades com novos parceiros econômicos, como possibilidades de elevar a produção interna dos insumos, e outros produtos, que, por um motivo ou outro, venham a escassear no mundo.

Um exemplo disso ocorreu no recente episódio do veto alemão à venda de blindados brasileiros para as Filipinas. A Alemanha vetou a venda por interesses geopolíticos conflitantes com o Brasil, e pelo fato dos blindados brasileiros possuírem componentes importados do país europeu. Imediatamente a produção dos blindados passou a ser feita com componentes fabricados no Brasil.

É bom que se recorde que, em outras épocas, como na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o Brasil também soube explorar bem as contradições daquele período e extrair ganhos dos conflitos geopolíticos internacionais que se apresentaram na ocasião. Explorar com sabedoria as oportunidades que se abrem com o desabrochar de um mundo cada vez mais multipolar neste momento, parece ser um caminho promissor para o Brasil.

HP: O que você acha que deveria ser feito no curto prazo para que o Brasil saia da crise?

NILSON: As medidas decisivas para o país este momento, e também necessárias para que o governo Lula saia vitorioso em seu embate com o rentismo são:

- 1) A queda dos juros para patamares que viabilizem a produção interna e o consumo da população;
- 2) o lançamento de um ousado plano de investimentos em obras públicas e na reindustrialização do país;
- 3) um arcabouço fiscal que garanta uma forte retomada dos investimentos públicos;
- 4) a elevação do poder de compra dos trabalhadores e aposentados;
- 5) a redução dos preços dos combustíveis – e consequentemente da inflação – através do “abrasileiramento” dos preços da Petrobrás.

PROPOSTAS DE MEDIDAS DE CURTO PRAZO

- 1) Queda dos juros para patamares que viabilizem a produção interna e o consumo da população
- 2) Lançamento de um ousado plano de investimentos em obras públicas e na reindustrialização do país
- 3) Um arcabouço fiscal que garanta uma forte retomada dos investimentos públicos
- 4) Elevação do poder de compra dos trabalhadores e aposentados
- 5) Redução dos preços dos combustíveis – e consequentemente da inflação – através do “abrasileiramento” dos preços da Petrobrás

É importante, por fim, destacar que a redução da distribuição predatória de dividendos da Petrobrás também poderá ajudar na obtenção dos recursos que viabilizarão a retomada dos investimentos produtivos no país.



Foto: Divulgação BNDES

Mercadante, presidente do BNDES BNDES deve financiar a produção, diz Mercadante

“Nosso projeto é voltar ao patamar histórico dos desembolsos e dobrar o tamanho do BNDES até 2026, para que possa cumprir seu papel de banco de desenvolvimento econômico e social”

Ao apresentar os resultados financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 2022, em coletiva à imprensa na terça-feira (14), o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, criticou os repasses do banco de fomento ao Tesouro Nacional que, de 2015 a 2022, somam R\$ 873 bilhões, enquanto os desembolsos, que incluem os empréstimos e as ofertas de crédito, foram de R\$ 646 bilhões. O cálculo considera valores nominais. “Esse valor supera em R\$ 227 bilhões a soma de todos os desembolsos realizados no período em oito anos”, disse Mercadante. “Corrigido, o BNDES transferiu, em oito anos, mais de um trilhão de reais ao Tesouro Nacional. E transferiu a mais, se nós corrigirmos o valor, – sem corrigir são R\$ 873 bilhões em valores nominais, o BNDES transferiu a mais 254 bilhões de reais que o subsídio que recebeu, de R\$ 414 bilhões. O que isso significa? Cinco vezes o lucro líquido, vinte vezes o recorrente, daquilo que nós transferimos a mais. Não é papel de um banco de desenvolvimento, Não é financiar o Tesouro nessa proporção, nessa escala, e nessa velocidade”, afirmou o presidente do banco.

“Inclusive porque, essas antecipações, todas elas, ocorreram antes que as aplicações do banco dessem o retorno esperado. Esses mecanismos que aí estão aí precisam ser revisitados e revistos”, defendeu Mercadante.

“Quais mecanismos? Pagamento de dividendos”, declarou durante a coletiva à imprensa na sede do banco no Rio de Janeiro. “Os principais bancos de desenvolvimento do mundo não recolhem dividendos aos seus Estados nacionais. Nós não recolhíamos, depois fomos para 25%, agora são 60% do nosso resultado. Qual é o problema? Que esse é o capital próprio do banco, aquilo que o trabalho da instituição realizou e que deveria voltar para a economia como crédito, como financiamento, geração de empregos, de renda, que é esse o papel fundamental do BNDES, fazer o país crescer, gerar emprego para população”, pontuou Mercadante.

“São impostos que não recolhíamos antes e estamos recolhendo, como o IOF, mas também não é só isso, é o pagamento antecipado que foi decidido pelo Tribunal de Contas da União que estamos fazendo todos esses anos, cujo resultado final é esse montante de mais de um trilhão de reais”, argumentou.

“Nós queremos rever essa relação para que o banco possa resgatar o seu papel histórico”, afirmou.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/bndes-deve-financiar-producao-e-nao-drenar-seus-recursos-para-o-tesouro-diz-mercadante/>

Desemprego sobe no trimestre encerrado em janeiro, aponta IBGE

A taxa de desemprego no país ficou em 8,4% no trimestre móvel de novembro de 2022 a janeiro de 2023, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 17 de março. São 9 milhões de pessoas no país em busca de emprego.

No trimestre imediatamente anterior, entre agosto e outubro, a taxa era de 8,3%. O nível da ocupação no país, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, caiu de

57,4% no trimestre até outubro de 2022 para 56,7% no trimestre até janeiro de 2023.

A população ocupada de trabalhadores com e sem carteira, dos setores privado e público, e também trabalhadores por conta própria, informais, entre outros, foi de 98,6 milhões, representando uma redução de 1,0% (menos 1 milhão de pessoas) ante o trimestre anterior até outubro de 2022.

São 13,1 milhões de trabalhadores sem carteira assinada no país e 25,3 milhões se viram por conta própria.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: horadopovo@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Joedson Alves/Agência Brasil



Operação Lesa Pátria contra golpistas Operação da PF prende golpista que pichou estátua do STF e ladrão de bola

A Polícia Federal cumpriu, na sexta-feira (17), 32 mandados de prisão e 46 de busca e apreensão no âmbito da Operação Lesa Pátria, que investiga os criminosos responsáveis pelo ataque terrorista do dia 8 de janeiro, em Brasília.

Ao todo, as operações ligadas à oitava fase da Lesa Pátria estão sendo realizadas em nove estados.

O nome de todos os alvos ainda não foi divulgado, mas já se sabe que a bolsanarista que pichou a estátua "A Justiça", que fica em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi presa em Paulínia, no interior de São Paulo.

Débora Santos foi identificada através de fotos e vídeos que foram gravados durante a tentativa de golpe de estado.

Ela subiu na estátua, esculpida por Alfredo Ceschiatti em 1961, e pichou a frase "perdeu, mané", se referindo a uma fala do ministro Luís Roberto Barroso a um bolsanarista que não aceitou o resultado das eleições presidenciais.

Também foram presos o mecânico Fábio Alexandre de Oliveira e o ex-servidor Erlon Paliota Ferrite. Fábio gravou um vídeo sentado em uma cadeira do Plenário do Supremo Tribunal Federal, alegando ser de Alexandre de Moraes. A poltrona foi arrancada do STF.

Sentado e batendo com a mão na cadeira, Fábio grita "é o povo que manda nessa porra".

Outro preso é Nelson Ribeiro Fonseca Júnior, que roubou da Câmara uma bola assinada pelo jogador Neymar.

O Estado de São Paulo foi onde mais foram cumpridos mandados nesta 8ª fase da Operação Lesa Pátria. Foram 13 mandados de prisão e 13 de busca e apreensão, relacionados aos mesmos alvos.

Em Minas Gerais, foram 9 mandados de busca e apreensão e 8 de prisão. No Estado de Rondônia, a PF cumpriu 11 mandados de busca e apreensão.

No Rio Grande do Sul, foram três de busca e apreensão e três de prisão, visando os mesmos alvos. Já na Bahia, dois criminosos foram alvos de mandados de prisão e de busca e apreensão, assim como no Paraná e em Goiás.

No Espírito Santo, uma mesma pessoa foi alvo de buscas e apreensões e de um mandado de prisão. No Maranhão, a PF cumpriu um mandado de prisão e um de busca e apreensão. No DF, foram apenas dois mandados de busca e apreensão.

Os alvos responderão pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Na quinta-feira (16), o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a análise das prisões dos envolvidos no atentado em Brasília, tanto dos que foram presos em flagrante quanto dos que foram presos pela Operação Lesa Pátria.

Permaneceram presos 294 criminosos, sendo 86 mulheres e 208 homens. Nesta última análise, 129 pessoas foram soltas mediante medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica.

"Brasil não aceita mais uma política de juros extorsivos", diz Jandira, líder do PCdoB

A deputada federal Jandira Feghali (RJ), líder da bancada do PCdoB na Câmara, afirmou que a política de juros altíssimos implementada pelo Banco Central destrói o emprego e o desenvolvimento.

"Com esses juros, não tem emprego. Essa é a questão que na minha opinião é decisiva para o nosso debate", declarou Jandira em discurso no ato em defesa do corte da taxa de juros, realizado na segunda-feira (13), no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Nas redes sociais, após o ato, a deputada destacou que no evento "parlamentares uniram suas vozes para dizer que o Brasil não aceita mais uma política de juros extorsivos contra o desenvolvimento, o crescimento, o pleno emprego e a própria lei. Estamos com Lula nesta luta!".

A taxa básica de juro (Selic) fixada pelo BC está em 13,75% ao ano. A taxa de juro real, descontada a inflação, está em cerca de 8%, com o Brasil ocupando o maior índice do mundo.

Em sua fala, Jandira lembrou que o presidente Lula enviou no dia 8 de Março um projeto de lei ao Congresso Nacional determinando a paridade salarial para as mulheres na mesma função no mercado de trabalho. "E a gente vê no conteúdo do projeto que obriga as empresas a cumprirem a igualdade salarial", disse.

"Mas a primeira coisa que a gente precisa pensar é que a mulher precisa de emprego para ter a igualdade salarial. E com esses juros, não tem emprego", observou Jandira muito aplaudida.

"Esse Banco Central está dizendo para nós que um único homem, que é o senhor Roberto Campos, eu vou falar o nome dele, o senhor Roberto Campos, ele sozinho quer definir a política de juros no Brasil contra os 60 milhões de votos nas urnas, do povo brasileiro, que disseram assim: nós elegemos Lula para ter emprego, desenvolvimento, para crescer a economia, para garantir um outro Brasil", protestou a deputada.

"Brasil e seus vizinhos têm o direito de crescer", diz Lula



Reprodução

Em visita à região Lula se reuniu com o presidente do Paraguai 20 acordos: visita de Lula à China aponta o papel estratégico do Brasil no mundo

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, programada para acontecer entre os dias 26 e 31 de março, deve representar uma clara sinalização do governo brasileiro da importância estratégica que o Brasil atribui à parceria com o país asiático e uma guinada em relação à política de descaço adotada pelo governo Bolsonaro na relação com os chineses.

"O objetivo é o aprofundamento da parceria estratégica global", sentenciou o embaixador Eduardo Saboia, secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores.

Os dois governos devem assinar pelo menos 20 acordos de cooperação bilateral, entre os quais se destaca o que prevê a construção e lançamento em órbita de um novo satélite para monitorar o desmatamento florestal na Amazônia e outros biomas.

O desenvolvimento do satélite sino-brasileiro servirá para aprimorar o monitoramento das áreas desmatadas e alvo de queimadas, disse Saboia. "O CBERS 6 (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) será o primeiro satélite desenvolvido entre os dois (países) que usa uma tecnologia que permite ao radar monitorar a floresta mesmo com nuvens. É um avanço", afirmou.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, além do satélite, a pauta da viagem será reforçada com a ampliação em pesquisa de nanotecnologia, computação quântica e sistema 5G,

conforme informou a ministra da área, Luciana Santos, que integrará a comitiva governamental.

A proposta é qualificar a produção do Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Avançada), estatal que ficou famosa por produzir chips para monitoramento de gado e que foi sabotada pelo governo anterior ao iniciar o encerramento das atividades da empresa.

A agenda do presidente Lula, reforçada com ampla representação política e empresarial, inclui também memorandos ligados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ambiente, educação, ciência e tecnologia, finanças, protocolos sanitários e fitossanitários ligados a produtos do agronegócio.

"É uma visita de importância comercial, econômica, mas também política. Ela acontece na sequência da retomada de contatos de alto nível. Ocorre num momento auspicioso, de novo ciclo político no Brasil e na China", disse o embaixador Saboia, secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty. "O objetivo é o aprofundamento da parceria estratégica global", afirmou o embaixador Saboia.

De acordo com o diplomata, a visita à China servirá também para diversificar a pauta comercial com aquele país, hoje baseada, essencialmente, em commodities exportadas (carne, soja, minério de ferro e derivados do petróleo) e manufaturas importadas.

Com a visita, o governo do presidente Lula pretende explorar outras possibilidades de desenvolvimento conjunto e complementar, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, transição energética, combate à fome e mudança climática, o que representa efetivamente uma mudança estratégica na relação com a China, o que sinalizará a disposição do Brasil de ser reconhecido no cenário mundial não só pela importância de suas matérias-primas, mas também em outros setores de serviços e produtos com valor agregado diferenciado.

Não é à toa que 240 empresários foram inscritos na comitiva presidencial, um fato absolutamente inédito. Importante assinalar que são representantes dos mais distintos segmentos econômicos e não só do agronegócio, considerado a locomotiva nas relações econômicas internacionais do país.

Em Pequim, estão previstas reuniões do presidente Lula com o presidente Xi, com o primeiro-ministro da China, senhor Li Qiang, e com o presidente da Assembleia Popular Nacional, Zhao Leji, quando serão tratados temas da ampla pauta bilateral entre os dois países. A agenda se estenderá, também, a Xangai, expressivo centro econômico e comercial da China, onde está localizada a sede do Banco do BRICS, que será comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

MC

Torres não explica ao TSE por que guardou o decreto golpista numa pasta do governo federal

O ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Anderson Torres, disse que o decreto golpista que foi encontrado em sua casa era "lixo", mas não quis entregar o autor e nem explicou por que o documento estava em uma pasta do governo federal.

Torres foi ouvido enquanto testemunha na ação que corre contra Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na quinta-feira (16), por ter realizado uma reunião com embaixadores para disseminar mentiras sobre o processo eleitoral no Brasil.

Durante o depoimento, realizado por videoconferência, Anderson Torres voltou a defender que a minuta de decreto presidencial – que estabeleceria um "estado de defesa" contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para alterar o resultado das eleições presidenciais – não tinha nenhuma im-

portância. Segundo apurou o site Poder360, o ex-ministro da Justiça chamou o documento de "lixo, loucura e folclore".

Quando o documento foi encontrado, na ocasião das investigações acerca da participação de Anderson Torres no atentado contra a democracia do dia 8 de janeiro, Torres falou que sua intenção era jogar o papel fora.

Ele não explicou, no entanto, porque não o fez e nem porque manteve a minuta guardada em uma pasta do governo federal, conforme apontou a Procuradoria-Geral da República (PGR).

O procurador Carlos Frederico Santos, da PGR, afirma que a tese de Anderson Torres não se sustenta.

"Ao contrário do que o investigado já tentou justificar, não se trata de documento que seria jogado fora, estando, ao revés,

Em Foz do Iguaçu, presidente disse que "não podemos admitir que em nosso continente haja tanta gente passando fome"

"Um país do tamanho do Brasil tem que combinar o seu crescimento econômico com o crescimento econômico de seus vizinhos. Não é possível pensar em um país rico cercado de países pobres. Precisamos viver em paz, para nunca vivenciarmos um continente com guerra entre nações" disse Lula. "Que nosso continente fale em paz, nunca mais em guerra", acrescentou o líder brasileiro, referindo-se à Guerra do Paraguai.

Lula reafirmou também seu compromisso com a UNILA (Universidade Latino Americana). "Eu vi do helicóptero a UNILA. A UNILA foi uma universidade criada para que a gente tivesse um currículo latino-americano, uma história latino-americana, e que tivéssemos jovens de toda a América do Sul. Eu sonhava que já estivesse inaugurada a [obra da] UNILA. O meu compromisso é que vamos reconstruir a UNILA", disse o presidente, durante a cerimônia.

Lula também falou que seu governo deve "aprimorar a nossa política de relação externa". "Eu volto a presidir o Brasil depois de 13 anos e volto com a missão de fazer mais e fazer melhor do que fizemos no passado", afirmou o presidente Lula, em Foz do Iguaçu, nesta quinta-feira (16), na solenidade de posse do novo Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, o ex-deputado Enio Verri.

"O Brasil, pelo seu tamanho, pela sua população, por ser o país mais desenvolvido, do ponto de vista industrial, científico e tecnológico, tem que ter a grandeza de compartilhar tudo aquilo que pode acontecer de bom para o povo brasileiro, o ex-deputado Enio Verri, defendeu.

Lula voltou a frisar que "somente assim haverá garantia de que o continente viverá em paz, que o continente não fale mais em guerra" Que esse continente fale só em desenvolvimento, Educação, Saúde e direitos do povo trabalhador, do povo indígena, do povo quilombola".

Presidente do STM: "Forças Armadas vão contribuir para a pacificação"

"As Forças Armadas vão contribuir para a harmonia e pacificação. Estamos todos sob a autoridade do presidente Lula. Ele tem essa tarefa de pacificação. Não será fácil, mas ele tem capacidade para isso", disse o tenente-brigadeiro do ar Joseli Parente Camelo, ao tomar posse como novo presidente do STM (Superior Tribunal Militar).

"Sei dos seus sonhos de um Brasil cada vez mais justo, pacífico, e com uma humanidade mais voltada para o combate da desigualdade dos povos", disse o militar.

"É preciso que olhemos o nosso futuro sem perder de vista o nosso passado", afirmou. "Temos o dever de buscar, nas conquistas do passado e do presente, a fonte segura para assegurarmos aos nossos filhos um país justo e próspero", conclamou o tenente-brigadeiro.

Ele afirmou ainda que em "nenhum momento" o Supremo Tribunal Federal (STF) invadiu a competência da Justiça Militar. Parente fez as declarações ao comentar as ações da Corte Suprema em relação aos atentados de 8 de janeiro contra as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

A fala do novo presidente do STM expressa o real interesse das Forças Armadas em repavimentar e reconstruir a democracia brasileira em bases estáveis.

De acordo com o ministro, o Supremo cumpre o papel para o qual está designado e atua no caso dos atos golpistas em razão dos ataques contra os poderes civis.

Mais cedo, em entrevista ao Estúdio, da GloboNews, ao ser questionado sobre o artigo 142 da Constituição Federal, que bolsonaristas dizem caber às Forças Armadas moderar os poderes constitucionais, Joseli Camelo rebateu: "Não está na Constituição que nós [militares]

"Que todos vivam num mundo mais tranquilo e mais pacífico", desejou Lula.

Ele defendeu enfaticamente a unidade de todos os países da região. "Volto com o compromisso de fortalecer o Mercosul, porque está provado que juntos, nós temos força para negociar, separados, nós somos muito frágeis e, por isso, precisamos estar juntos", afirmou o presidente Lula, dirigindo-se ao presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, apresenta à solenidade.

"Volto também com a firme vontade de reorganizar a Unasul. Fazer com que os países da América do Sul, todos compreendam a necessidade de nós termos paz, tranquilidade, porque somente com paz e tranquilidade, e com muito exercício de democracia, é que nós vamos garantir que o nosso continente deixe de ser uma região pobre ou uma região em desenvolvimento. disse Lula, destacando que temos o direito e a obrigação de distribuir o crescimento à população.

"Nós temos o direito de crescer e não podemos admitir que no nosso continente haja tanta gente passando fome, passando privações que não deveriam mais passar, apontou o presidente do Brasil. Ele se dirigiu ao presidente do Paraguai dizendo que tem certeza de que os dois países, mais maduros, serão capazes de assinar um novo tratado após o fim do atual e dos pagamentos pela construção da empresa de energia.

O presidente Lula esteve reunido com o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, durante a visita à região, e conversaram sobre a construção de duas pontes entre o Brasil e o Paraguai, inclusive o corredor bioceânico. Outro tema abordado pelos dois presidentes foi o acordo entre Mercosul e União Europeia e a o aprofundamento da cooperação entre dois países, da qual, segundo Lula, "Itaipu é o maior símbolo". Estavam presentes na solenidade diversas lideranças políticas e autoridades do lado brasileiro e do lado paraguaio.

temos de manter os poderes sob a nossa tutela, não está em lugar nenhum".

COMPETÊNCIAS

"Em nenhum momento o ministro Alexandre de Moraes invadiu a nossa competência. A Justiça Militar julga crimes contra o patrimônio que estão sob a nossa guarda ou situações específicas que envolvem a atividade militar, o que não é o caso", disse.

"Temos em primeira instância duas ações, uma contra um general que falou muito mal do Exército", completou.

STF: "ÚLTIMA PALAVRA"

Indiretamente, o tenente-brigadeiro do ar criticou as tensões institucionais criadas na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Nós vimos o que aconteceu. Um poder falando mal do outro, aquele clima de hostilidades, quando, na verdade, todos estavam trabalhando pelo Brasil. O Supremo é o órgão que dá a última palavra. Uma palavra que tem de ser respeitada", disse.

O novo presidente da Corte Militar tomou posse na tarde desta quinta-feira (16). O presidente Lula participou do evento. Mas não usou a palavra.

PODERES EM HARMONIA

Além dele, tomou posse como vice-presidente José Coelho Ferreira. Participaram da cerimônia também a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Rosa Weber, os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e o procurador-geral da República, Augusto Aras.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também estava presente na cerimônia e se sentou ao lado de Lula. Outra autoridade presente foi o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Beto Simonetti.

Reforma precarizou o Ensino Médio denunciaram estudantes

“Essa reforma tem formado jovens para o desemprego onde cada um é um ‘suposto empreendedor’”, criticou o presidente da UMES, Lucca Gidra, durante o ato

Estudantes e professores realizaram atos pela revogação do “Novo Ensino Médio” em diversas cidades brasileiras. Em São Paulo, os estudantes ocuparam a Avenida Paulista para denunciar os retrocessos causados pela mudança na grade curricular que privilegia “itinerários” sobre como fazer brigadeiro e aulas de empreendedorismo, ao invés de melhorar a qualidade de ensino no país.

Sob a palavra de ordem “Ou revoga essa reforma ou paramos o Brasil”, os estudantes de centenas de escolas da capital paulista foram às ruas junto a professores e lideranças do movimento social em defesa do fim da lógica neoliberal na educação pública. A mobilização nacional pede a revogação do chamado Novo Ensino Médio (NEM), convertido em lei durante o governo Temer (Lei Federal 13.415/2017) e que vem sendo implantado gradualmente pelos estados desde 2022.

O modelo prevê que o ensino médio seja organizado em duas partes. Assim, 60% da carga horária dos três anos é comum a todos os estudantes, com as disciplinas regulares. Os outros 40% são destinados às disciplinas optativas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos. Os estudantes denunciam que a redução das aulas de disciplinas regulares precarizou ainda mais o ensino.

O ato foi organizado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Também se somaram à mobilização professores da cidade de São Paulo, além de lideranças universitárias e do movimento social.

O presidente da UMES-SP, Lucca Gidra, denunciou o impacto da mudança curricular para os estudantes. Segundo ele, o Novo Ensino Médio (NEM) agravou os problemas que já existiam nas escolas.

“A mobilização de hoje mostra a indignação dos estudantes que estão sofrendo na pele, essa reforma do ensino médio. Essa reforma evidenciou problemas que já existiam na educação, mas agravou esses problemas. A gente já sofria antes com os estudantes saírem das escolas sem saber o básico. A gente já sofria antes com a falta de professores, com a escola sem estrutura básica, com os professores sem uma melhor qualificação, sem uma melhor formação”, disse Lucca.

O líder estudantil afirma que a mudança, que foi gerada durante o governo Temer e agravada ao longo do período Bolsonaro, é um projeto complementar à reforma trabalhista e da previdência que precarizaram o mercado de trabalho brasileiro. “Essa reforma tem formado os jovens para o desemprego onde cada um é um ‘suposto empreendedor’”, disse.

“Essa reforma do Ensino Médio é plano de um projeto político que veio lá do Temer, para completar a reforma trabalhista e a reforma da previdência depois com Bolsonaro, que desregulou totalmente o mercado de trabalho. É pra esse mercado de trabalho que essa reforma do Ensino Médio tem formado os jovens, tem formado a galera pra ingressar nesse mercado de trabalho, no mercado de trabalho da precarização, do desemprego, onde cada um é um suposto empreendedor”, denunciou Lucca.

ESTUDANTES SAEM SEM SABER O BÁSICO

A presidente da UBES, Jade Beatriz, o Novo Ensino Médio foi implementado sem qualquer diálogo com a sociedade e após ser implementada, “aconteceram muitas coisas que já prevíamos que aconteceria, como a agravação da desigualdade social entre os estudantes de escola pública e escolas privadas”.

“Hoje, os estudantes de escolas privadas têm aula em grandes laboratórios tecnológicos, específicos e equipados para a questão, enquanto nós, das escolas públicas, estamos com aulas de como fazer brigadeiro caseiro, fora várias outras coisas que constam nos itinerários informativos”, criticou.

“Nós entendemos que a reforma além de tudo de ruim que nos proporcionou, é um agravante da desigualdade social e o aumento da evasão escolar, porque nós precisamos entender que as escolas não tem estrutura pra

conseguir receber a reforma do ensino médio, é preciso de laboratórios e uma boa estrutura e ainda existem escolas sem banheiro no prédio”.

“É importante dizer que agrava a desigualdade social e aumenta a evasão escolar. Por isso, precisamos revogar a reforma do ensino médio e apresentar um novo modelo de ensino, debatido por estudantes, professores e profissionais da educação, que faça sentido e seja condizente com a realidade brasileira”, ressaltou Jade.

“Como a gente vai se preparar para a universidade, para o vestibular, para o mercado de trabalho se a gente está preocupado em fazer brigadeiro? Enquanto as escolas particulares estão preparando para pegarem as melhores vagas das universidades”, criticou a estudante do 2º ano do ensino médio, Júlia Oliveira, de 17 anos.

A estudante, que também faz parte da diretoria da UMES-SP, reivindica que uma nova base curricular seja feita a partir de um debate amplo. “A gente sabe que o ensino médio anterior, antes dessa reforma, não era lá essas coisas. Todo mundo reclamava. Com certeza, um novo ensino médio de qualidade deveria ser feito com diálogo com os alunos, com a Secretaria de Educação, os professores, quem está no dia a dia da escola. Deveriam ter aulas mais dinâmicas, conteúdos precisos sobre o vestibular e sobre o cotidiano de fato”, disse Julia.

POR UM ENSINO LIGADO AO DESENVOLVIMENTO

O presidente da UMES também criticou a redução de disciplinas prioritárias em detrimento dos chamados “itinerários”, para os quais não existem sequer professores preparados para a aplicação dos conteúdos.

“A gente quer um Ensino Médio que articule o desenvolvimento do país e que de condições da gente ingressar na universidade, consiga ter empregos de qualidade e consiga ajudar a construir um grande país que é o tamanho do Brasil”.

“Não adianta também, a gente mudar o currículo e voltar pro antigo. Nossa proposta é que tenha uma nova formação que seja conversada com os estudantes, e também que não falte políticas de investimento, porque não adianta nada mudar o currículo e não ter investimento para educação. Então essa é a pauta que os estudantes estão levando para as ruas no dia de hoje, nessa grande mobilização que está acontecendo aqui na Avenida Paulista e em todo o Brasil”, ressaltou Lucca.

NÃO HÁ JUSTIFICATIVA

Além dos estudantes, representantes dos movimentos ligados à Educação também participaram do ato na paulista Daniel Cara, da Campanha Nacional da Educação, apontou que a “reforma do Ensino Médio é parte de um conjunto de reformas neoliberais”.

“Ela está vinculada a emenda a Constituição 95/2016, está vinculada a reforma trabalhista, a reforma da previdência. Ou seja, o objetivo da reforma é conter a expansão e a qualidade da educação, que tem um custo, mas também é formar o cidadão neoliberal, que na verdade é um anti-cidadão, que acredita que é empreendedor de si mesmo, uma pessoa que não vai fazer a luta, que não vai querer transformar o Brasil. E a reforma do Ensino Médio, portanto, significa o fim da possibilidade do Brasil ser um país soberano. Ela tem que acabar imediatamente, não tem justificativa o governo federal segurar essa situação da reforma do Ensino Médio”, disse.

Daniel ressalta que o governo Lula não tem obrigação de manter este modelo neoliberal de ensino.

“O presidente Lula não tem que ter compromisso com as políticas neoliberais e a gente não pode colaborar com a ideia de que o presidente Lula vai cometer estelionato eleitoral, porque ele foi eleito para mudar, para refazer tudo que o neoliberalismo implementou no Brasil com Temer e Bolsonaro. Isso significa obrigatoriamente revogar tudo aquilo que Temer e Bolsonaro fizeram”, pontuou.

ATOS POR TODO O PAÍS

Além de São Paulo, também foram realizados atos contra o Novo Ensino Médio em outras 50 cidades brasileiras. Milhares de estudantes foram às ruas pela revogação da reforma do ensino.



Estudantes secundaristas ocuparam a Avenida Paulista na quarta-feira



“Revoga a reforma, ou paramos o Brasil”, defenderam os manifestantes



Vacina BCG está em falta e Prefeituras realizam racionamento das doses

Governo Bolsonaro deixou vencer 67 milhões de vacinas que agora estão em falta em todo o país

Um novo levantamento do Ministério da Saúde aponta que o governo Bolsonaro não deixou vencer apenas vacinas contra a Covid-19, mas que seu plano era de sabotar o conjunto do programa de vacinação brasileiro.

Além das 39 milhões de doses contra o coronavírus vencidas, outras 28.604.735 doses de diversas vacinas tiveram que ser descartadas. A vacina BCG, a primeira vacina a ser aplicada nos recém-nascidos e que impede casos graves de tuberculose, é a campeã em desperdício e teve 11.809.800 doses vencidas.

A BCG está em falta em todo o território nacional, com diversas prefeituras sendo obrigadas a realizar racionamento do imunizante. O desperdício gerou um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 250 milhões, que se somam aos outros R\$ 2 bilhões jogados no lixo pelo governo Bolsonaro.

De acordo com dados da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, a quantidade de doses de vacinas desperdiçadas foi:

- BCG: 11.809.800 doses;
- Dupla viral: 10.230.220 doses;
- Pentavalente: 3.518.014 doses;
- Tetra e triplice viral: 2.317.201 doses;
- Febre amarela: 365.305 doses;
- Influenza: 329.860 doses;
- Poliomielite: 31.335 doses.

A sabotagem do governo Bolsonaro à imunização das crianças fez com que estados e prefeituras tivessem que racionar ou suspender a va-

cinuação em 2022 enquanto as doses da vacina venciam nos estoques do governo.

Ao mesmo tempo, a única fábrica autorizada a produzir a vacina BCG no Brasil, que pertence à Fundação Ataulpho de Paiva, no Rio, continua interditada para se adequar às normas sanitárias. A fundação já protocolou novo pedido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que analisa as readequações feitas na fábrica, para a retomada da produção.

Segundo Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, muitos imunizantes venceram em janeiro e fevereiro deste ano. “Quando fomos fazer uma análise dos estoques, devido à validade muito próxima, foi impossível distribuir e fazer qualquer utilização delas”, disse Ethel Maciel.

De acordo com o governo Lula, ao assumir o Ministério da Saúde, a nova gestão precisou refazer contratos e novos pedidos dos imunizantes, já que a maioria deles não são produzidos aqui.

Devido à falta de imunizantes e ao desperdício, houve problemas na distribuição de vacinas aos estados e municípios. “O impacto disso é grande, porque nós estamos preocupados, no médio prazo, com algumas doenças, principalmente o sarampo e a poliomielite. Nós temos um risco real de circulação do vírus, e, no caso da poliomielite, de reintrodução do vírus no Brasil”, ressaltou Ethel Maciel.

ESTOQUES REDUZIDOS
Cinco estados e duas capitais já têm problemas de abastecimento. Dentre eles: Tocantins sem Triplice Viral e

Tetra Viral; Ceará sem BCG e Triplice Viral; Mato Grosso sem Triplice Viral; Goiás sem Triplice Viral e Poliomielite; Santa Catarina sem Poliomielite Oral (VOP), Triplice Viral e Hepatite B. Além das capitais, Manaus (AM) sem Triplice viral e Febre Amarela e Maceió (AL) sem BCG.

As secretarias de Saúde do Brasil informaram que com os estoques reduzidos ou abastecimento irregular, estão se virando para vacinar ao menos as crianças.

O Ministério da Saúde estima que irá conseguir normalizar os estoques até abril e reforçar campanhas por todo o país em conjunto com estados e municípios **VACINAS DESPERDICADAS**
Ao todo o governo Bolsonaro é responsável por 39 milhões de doses da vacina da Covid-19 que foram jogadas no lixo mais de 67 milhões de doses de imunizantes não foram utilizadas e venceram no estoque do Ministério da Saúde.

No total, o prejuízo foi de R\$ 2,3 bi, considerando todos os imunizantes desperdiçados e os custos com incineração.

“É importante dizer que essas informações foram solicitadas pela equipe de transição. Mas infelizmente nós tivemos uma transição do governo que não trabalhou de forma alinhada, e nós não tivemos informação dessas vacinas, dos estoques, do que tinham, de data de validade, anterior, porque isso foi pedido em outubro de 2022. Se nós soubéssemos antes, o governo teria um plano para o que fazer”, explicou Ethel Maciel.



Ministro Flávio Dino junto à governadora Fátima Bezerra Flávio Dino repudia os ataques ‘terroristas’ e anuncia R\$ 100 milhões para segurança do RN

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, considerou como “terroristas” os ataques criminosos que ocorrem no Rio Grande do Norte há uma semana. A declaração foi dada durante entrevista coletiva em visita ao Rio Grande do Norte nesta segunda-feira (20).

O ministro desembarcou na noite de domingo (19) em Natal. Desde o dia 14, o estado enfrenta uma crise na segurança pública, com mais de 252 ataques contra a população, prédios públicos, comércios e veículos.

“Legalmente há um debate sobre a Lei de Terrorismo, mas na minha ótica sim, se enquadram (atos terroristas), mas o Supremo ainda vai decidir isso”, disse o ministro.

Desde a última semana, os ataques de criminosos, que ocorrem de forma orquestrada, têm como alvos ônibus, carros de prefeituras, unidades de saúde, supermercados e prédios públicos. O governo federal realizou o envio de tropas da Força Nacional para o Estado além de mais R\$ 100 milhões em investimentos para reforçar a segurança no Rio Grande do Norte ainda em 2023.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública serão destinados ao complexo da Polícia Civil, ao regimento de cavalaria da Polícia Militar e à polícia científica do Rio Grande do Norte.

“Estamos assumindo os custos de obras [previstas] para a polícia científica. Essas despesas serão assumidas pelo governo federal. Dessa forma, vamos liberar o governo estadual para fazer investimentos em viaturas e armas”, disse Flávio Dino durante a coletiva de imprensa, ao lado da governadora Fátima Bezerra.

Dino garantiu que os recursos são “dinheiro novo”. “Em acréscimo ao que já estava disponível ao estado”, afirmou.

A expectativa é que com a nova verba seja possível ampliar os investimentos em penitenciárias e dobrar o número de viaturas alugadas, além de adquirir veículos, câmeras para uso de policiais e aparelhos de raio-x.

Ao chegar ao estado, Dino informou que pelo menos 700 policiais de várias forças federais já foram enviados ao Rio Grande do Norte e que o uso do mecanismo da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que inclui a convocação das Forças Armadas, não foi cogitada até o momento.

“Se for necessário GLO, quem vai pedir é a governadora [Fátima Bezerra], e claro que vamos atender. Ou seja, não há uma posição ideológica, nem no sentido de fazer amanhã, nem no sentido de rejeitar. Isso é uma decisão técnica”, disse em sua chegada ao Rio Grande do Norte.

Pelo menos 51 cidades do Rio Grande do Norte foram alvos de ataques criminosos em uma semana. O terror começou na madrugada de terça-feira (14), quando prédios públicos e privados foram depredados, veículos incendiados e moradores das regiões ficaram em estado de pânico.

Os ataques começaram na madrugada do dia 14 de março, quando ao menos 20 cidades foram alvos de destruição. No primeiro dia, um fórum de Justiça, duas bases da Polícia Militar, a sede de uma prefeitura e outros prédios públicos foram alvos.

Veículos foram incendiados, incluindo ônibus do transporte público. Nos dias seguintes, mesmo com a segurança reforçada, os ataques continuaram. Mais de 130 pessoas foram presas suspeitas de envolvimento nos ataques.

AUMENTO DO EFETIVO POLICIAL

O ministro Flávio Dino afirmou que o governo federal pode enviar mais 800 policiais ou “quantos o Rio Grande do Norte precisar” para auxiliar na segurança pública do estado.

Até o momento, segundo o ministro, o governo federal já fez o envio de aproximadamente 700 policiais para o Rio Grande do Norte, em um investimento que já ultrapassa os R\$ 5,3 milhões.

“Se houver uma necessidade adicional, o que nós não acreditamos, esses 700 poderão virar 1.000, 1.200, 1.500, ou quanto o Rio Grande do Norte precisar. Nós não economizaremos no que é o principal, que é a paz social de um estado tão importante”, afirmou Dino.

Em assembleias, servidores federais aprovam 9% de reajuste nos salários

Para entidades, governo rompe política de congelamento salarial e reabre negociação para reposição das perdas dos últimos anos

A maioria dos servidores públicos federais, em assembleias realizadas nesta semana, já aprovou a proposta de reajuste de 9% apresentada pelo governo na Mesa Permanente de Negociação entre as entidades nacionais da categoria e o governo federal. “Já realizamos mais da metade das assembleias com os sindicatos e associações, e todas estão aceitando a proposta. Acredito que, até esta sexta-feira, teremos um consolidado de todas as decisões”, afirmou o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), Sérgio Ronaldo.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, também avalia que o acordo deve ser aprovado pela maioria da base dos servidores nos estados. “Até agora, todos os filiados que já examinaram o assunto decidiram pela aprovação. Já tivemos decisões nesse sentido de entidades como Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfipe), Associação dos Servidores do Ipea e Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipta), entre outras”, disse o dirigente sindical.

O Sindicato dos Servidores do Banco Central (Sinal) e a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), que realizou assembleia com a presença dos 27 sindicatos dos policiais federais filiados a entidade, também aprova-

ram o índice de 9%.

“Todos os participantes votaram pela aceitação à proposta de reajuste linear de 9% apresentada pelo governo federal. Não é o ideal, precisamos urgentemente de uma real reestruturação salarial, mas continuaremos a defender a nossa proposta que foi enviada ao Diretor-Geral da PF e encaminhada ao ministro da Justiça”, informou o presidente da Fenapef, Marcus Firme.

Com a aprovação da proposta, o governo encaminhará um Projeto de Lei ao Congresso Nacional que altera um item da Lei Orçamentária Anual e, assim, será viabilizada a tramitação de outro projeto, que vai tratar do reajuste salarial.

Na proposta aprovada pelo governo junto às entidades, está previsto também um acréscimo de R\$ 200 no auxílio-alimentação, além de itens sem impactos remuneratórios, como a revogação de atos administrativos prejudiciais a servidores e serviços públicos. O governo ainda se comprometeu a retomar as mesas setoriais de negociação com as diversas carreiras do Executivo.

“Esse foi o valor possível para esse momento, fruto de um esforço construído coletivamente. Agora, é preparar a discussão para o orçamento do ano que vem. Vai ser uma guerra para que a gente possa alocar recursos para a correção salarial dos servidores federais”, disse o coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Bahia (Assufba), Renato Jorge.



Assembleia dos servidores do Distrito Federal aprovaram a proposta



Ato em Brasília defende reestatização da Eletrobrás: “Empresa é do povo brasileiro”

Nesta quarta-feira (15), os trabalhadores eletricitários realizaram um ato público pela reestatização da Eletrobrás, em frente ao Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília.

O ato foi organizado pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e contou com a presença de movimentos sociais, lideranças sindicais dos eletricitários de todo o país, de parlamentares e de trabalhadores da Eletrobrás.

Durante o ato, os manifestantes entoavam palavras de ordem como “um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos a Eletrobrás para o povo do Brasil”. O objetivo, de acordo com o FNU, é apoiar as declarações públicas do presidente Lula, que classificou a privatização da Eletrobrás como “errática”, “crime de lesa-pátria” e “quase uma bandagem”, bem como a Mensagem ao Congresso logo após sua posse em que reafirma o compromisso do governo de recuperar a Eletrobrás como patrimônio público.

A FNU denuncia que, após a privatização, a Eletrobrás apresentou prejuízo. Dessa vez, o prejuízo diz respeito ao 4º trimestre de 2022, que chegou a R\$ 479 milhões. Este foi o 2º trimestre seguido em que a empresa apresenta prejuízo e, não

por acaso, o 2º trimestre após a privatização.

“O segundo resultado negativo da empresa pós-privatização é apenas um dos muitos elementos que corroboram para a visão de que esta foi uma privatização desastrosa para o país [...] Se já estava claro que a privatização foi um péssimo negócio para a população, em função do aumento do preço da energia elétrica e do abalo na segurança do abastecimento que ela provocará, agora fica claro que, mesmo para os investidores abutres, a privatização está sendo um mau negócio”, afirma a FNU.

A entidade ressalta também que o lucro de R\$ 3,6 bilhões apresentado no ano de 2022 se deve, integralmente, ao período em que a Eletrobrás era ainda uma empresa pública e que a 3G Radar, maior acionista da empresa, está promovendo um verdadeiro desmonte de suas estruturas.

“No fim de 2022, a Eletrobrás promoveu a demissão de aproximadamente 2.500 trabalhadores por meio de um programa de demissão nem um pouco voluntário. [...] E há um planejamento para a demissão de mais 1.600 trabalhadores a partir de maio de 2023. Com isso, a empresa que em 2020 tinha

passará, em poucos meses, a ter apenas sete mil. Ou seja, a gestão irresponsável da Eletrobrás quer demitir 4.100 trabalhadores em tempo recorde, colocando em risco a manutenção das nossas usinas e linhas de transmissão, tendo uma proporção de trabalhadores por MW em usinas e km de linhas de transmissão sem igual no mundo. Não pode dar certo!”

A empresa chegou a anunciar a contratação de 800 novos trabalhadores, o que para a FNU se trata apenas de “uma manobra temerária, onde estão substituindo trabalhadores com muitos anos de experiência, conhecimento técnico acumulado e know-how, por outros que representam menos custos, para assim engordar os dividendos e os bônus dos administradores”.

“Em suma, a realidade da privatização mostra que em breve suas consequências maléficas em termos de qualidade dos serviços e preços ficarão cada vez mais óbvias para a população. Por isso, é cada vez mais urgente a luta pela reestatização da Eletrobrás e reiteramos nosso compromisso com essa luta, para que a Eletrobrás volte a ser uma empresa do povo e para o povo”, conclui a entidade.



Ministério do Trabalho resgata 212 escravizados na produção de cana em Goiás e Minas Gerais

Uma megaoperação de combate à escravidão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Polícia Federal (PF) resgatou, na última sexta-feira (17), 212 trabalhadores que atuavam na produção de cana-de-açúcar, em Goiás e Minas Gerais.

As vítimas da manufatura de açúcar e etanol prestavam serviços terceirizados para usinas de álcool e produtores, nos municípios de Itumbiara, Edéia e Cachoeira Dourada, em Goiás, e na cidade de Araporá, no estado de Minas Gerais.

Ao longo de três dias de Operação, os fiscais encontraram trabalhadores em condições análogas à escravidão nas lavouras e também nos alojamentos, vindos do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

Segundo o MTE, os empregadores cobravam dos trabalhadores os aluguéis dos barracos usados como alojamentos e pelo fornecimento de ferramentas de trabalho. As vítimas também não tinham direito a alimentação.

Além disso, não havia instalações sanitárias nas frentes de trabalho e a aplicação de agrotóxicos era feita nas áreas onde os trabalhadores estavam laborando sem equipamentos adequados de proteção.

A investigação ainda apurou que os trabalhadores, ao chegarem em Goiás, viviam em 30 alojamentos, em condições precárias, sujas e tomadas pelo mofo. Como não existia chuveiro, as vítimas tomavam banho em água fria que caía de um cano.

Cinco empresas assinaram termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho e começaram, nesta sexta, a pagar as indenizações aos trabalhadores.

“Quem contratou diretamente é mais grave, porque ela sabe dessa responsabilidade. Eles aliciaram o trabalhador, o colocou nessas condições. As tomadoras é que têm as responsabilidades mais subsidiárias, porque contrataram uma empresa que não tem capacidade financeira. Então vai responder o ponto de vista financeiro”, diz o procurador do Ministério Público do Trabalho Alpiniano do Padro Lopes.

CASOS

No mês passado, a polícia resgatou outros 139 trabalhadores de lavouras de cana em Acreúna, Goiás. A operação resultou em três resgates em duas cidades. Além de Acreúna, onde pessoas trabalhavam sem as mínimas condições necessárias em uma usina de cana-de-açúcar, 13 trabalhadores também foram resgatados em uma fábrica de ração.

Em Quirinópolis, na mesma região, um caseiro de 67 anos foi achado em casa que não tinha nem banheiro.

A situação foi descoberta após uma denúncia registrada no site do Ministério e, depois disso, foi feita uma ação conjunta entre os órgãos, que resultou no resgate.

Segundo o MPT, eles trabalhavam de forma forçada, com jornadas exaustivas e se submetendo a situações degradantes de trabalho. Eles não recebiam nem mesmo alimentação, de acordo com o órgão. O Ministério afirmou que os trabalhadores são de cidades nordeste, como Piauí, Pernambuco, Maranhão e Bahia.

Além disso, mais de 200 trabalhadores foram resgatados de um alojamento em Bento Gonçalves, na Serra do Rio Grande do Sul, onde eram submetidos a “condições degradantes” e trabalho análogo à escravidão durante a colheita da uva.

Eles foram contratados por uma empresa que oferecia a mão de obra para as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi, Salton e produtores rurais da região. O alojamento ficava no Bairro Borgo, a cerca de 15 km dos vinhedos do município.

A maioria viajou da Bahia para o RS. Surpreendidos com as condições do trabalho no Sul do Brasil, tentaram ir embora, mas foram ameaçados e espancados.

O administrador da empresa chegou a ser preso pela polícia, mas pagou fiança e foi solto. As vinícolas que faziam uso da mão de obra análoga à escravidão devem ser responsabilizadas, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em todo Brasil, mais de 2,5 mil pessoas foram encontradas em condições análogas à escravidão em 2022. Este ano, o Ministério Público e a polícia já resgataram 890.

Goiás (365 resgatados), Rio Grande do Sul (290 resgatados) e Minas Gerais (76 resgatados) lideram o ranking de trabalhadores resgatados pelo Ministério.



Bancos fazem chantagem para seguir extorquindo aposentados, afirma Oreiro

“Juro de 1,7% ao mês representa uma taxa anual de 22,4%, cerca de 4 vezes maior do que a inflação”, diz o economista, ao contestar decisão dos bancos públicos e privados de suspender o consignado por conta da redução dos juros de 2,14% para 1,70%.

O economista e professor da UnB José Luis Oreiro criticou nesta sexta-feira (17) a decisão dos bancos públicos e privados de suspender os empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS após a decisão do Conselho Nacional de Previdência Social de reduzir o teto dos juros cobrados por esta modalidade de empréstimo.

“A decisão dos bancos públicos e privados de suspender o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS devido à redução do teto de juros desses empréstimos de 2,14% ao mês para 1,79% ao mês é uma prova cabal do grau de oligopolização do mercado bancário brasileiro”, disse Oreiro, em entrevista ao HP.

Ele explica que “uma taxa de juro de 1,7% ao mês representa uma taxa de juro anual de 22,4%,

cerca de 4 vezes maior do que a inflação esperada para o ano de 2023, para uma modalidade de empréstimo livre de risco de inadimplência”, acrescenta o economista.

O especialista enxerga essa posição como uma chantagem dos bancos contra os aposentados brasileiros e o governo. “Claro que a redução de juros reduz a rentabilidade dos empréstimos bancários, mas num mercado concentrado como o brasileiro, o lucro dos bancos é muito maior do que o lucro normal”, argumentou.

“Os bancos extraem renda de monopólio a partir do excedente do consumidor. O que os bancos estão fazendo é chantagem o governo para continuar obtendo seus lucros extraordinários com a reversão da decisão de redução do teto de juros”, completou o economista e professor da Universidade de Brasília.

O governo anunciou que vai tomar uma decisão final em reunião que ocorrerá na próxima segunda-feira (20), com a participação do ministro da Previdência, Carlos Lupi, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Manifestantes exigem de Biden que pare de fomentar conflito na Ucrânia



Ato em Washington exige fim da Otan e que o Pentágono pare de alimentar a guerra

Caças Su-27 interceptam drone espião dos EUA por violação do espaço aéreo da Rússia

Drone norte-americano estava com transponder desligado e ia em direção à Crimeia, violou espaço aéreo russo e, já sob a mira de caças russos, mergulhou no mar após manobras bruscas. Um drone americano da série MQ-9 caiu no Mar Negro devido a suas próprias manobras bruscas, os caças russos não entraram em contato com ele, disse o Ministério da Defesa russo na terça-feira (14), repelindo acusação, feita pelo comando norte-americano na Europa, de que teria havido uma “interceptação não profissional e insegura” de parte de um Su-27. O incidente ocorreu pela manhã na região da Crimeia.

O MD russo revelou que o drone com transponders desligados voou em direção à Rússia, violando as fronteiras da zona do regime temporário de utilização do espaço aéreo estabelecido para efeitos de realização da operação militar especial, causando a decolagem de caças da defesa aérea russa. “Como resultado de manobras bruscas por volta das 9h30, horário de Moscou, o veículo aéreo não tripulado MQ-9 entrou em voo descontrolado com perda de altitude e colidiu com a superfície da água”, disse o Ministério da Defesa.

O departamento enfatizou que os caças russos não usaram armas aerotransportadas e não entraram em contato com o drone. Após



O drone norte-americano sobrevoava o Mar Negro

a partida, eles retornaram em segurança ao campo de aviação de origem.

Conforme o comando norte-americano, um caça russo Su-27 supostamente colidiu com um drone americano MQ-9, afetando sua hélice, quando voava sobre águas do Mar Negro.

PROVOCAÇÃO

A Rússia vê o incidente com um drone norte-americano no Mar Negro como “uma provocação”, disse o embaixador Antonov à secretária de Estado adjunta para Assuntos Europeus e Eurasiáticos, Karen Donfried. Ele descreveu os contatos com o lado americano como “construtivos” e uma troca de posições e preocupações sobre a situação do UAV abatido.

O lado americano protestou em relação às “ações não profissionais” atribuídas à Rússia.

Funcionários do metrô, médicos, professores e servidores públicos ingleses param por salários

Trabalhadores ingleses, incluindo professores, médicos, funcionários públicos, motoristas do metrô de Londres e jornalistas, iniciaram mais uma greve na quarta-feira (15) exigindo melhores salários.

No protesto que integra uma série que já se estende há meses, os milhares trabalhadores exigem uma reposição salarial para compensar o aumento descontrolado dos preços de bens e serviços, alimentos e energia, depois que suas rendas ficaram muito atrás da inflação, que chegou a 10,5 por cento ao ano, a taxa mais alta em quatro décadas. Uma inflação que se exacerbou com a adesão europeia ao pacote de sanções contra a Rússia.

Tentando abafar a greve, o primeiro-ministro Rishi Sunak, do Partido Conservador, anunciou que vai investir 94 bilhões de libras (cerca de 113 bilhões de dólares) em dois anos para fortalecer o poder de compra, sem no entanto resolver as demandas dos trabalhadores em uma mesa de negociações.

O líder trabalhista de oposição, Keir Starmer, sustentou que a economia britânica precisa de uma “grande cirurgia” após treze anos de governos conservadores, e chamou o orçamento que está sendo anunciado de um “curativo” insuficiente para reverter a “caminhada de declínio” que



Estações de ônibus lotadas em meio à greve

o país segue. Mais de 10 mil integrantes do sindicato RMT, que reúne funcionários dos setores marítimo e de transportes, fizeram piquetes nas principais estações de metrô da capital inglesa, o que impediu o funcionamento do serviço.

O secretário-geral do RMT, Mick Lynch, parabenizou todos os membros do metrô de Londres que estão participando da greve: “Isso mostra que estamos determinados a chegar a um acordo negociado para essa disputa de longa data”.

Em um comunicado, Lynch alertou: “Ataques a pensões, condições de trabalho e perda de empregos não serão tolerados e o público deve entender que estações sem pessoal ou com falta de pessoal não são seguras. Por isso continua-

remos com nossas medidas de força pelo tempo que for necessário”.

Já o sindicato dos Serviços Públicos e Comerciais (PCS) alertou que, se o governo não melhorar os salários dos trabalhadores do setor, as greves podem durar até o final do ano. O líder sindical Mark Serwotka instou o ministro das Finanças, Jeremy Hunt, a dar “um aumento salarial justo”.

O Sindicato Nacional de Jornalistas, os médicos residentes da Associação Médica Britânica (British Medical Association, BMA) e o sindicato Prospect, que reúne cientistas, engenheiros e especialistas em tecnologia, também aderiram ao protesto exigindo a melhoria das condições de trabalho.

Leia a matéria na íntegra em: www.horadopo.com.br



Compra se deu em pleno domingo Compra do Credit Suisse pelo UBS expõe fragilidade do sistema financeiro global

Em pleno domingo o maior banco suíço, o UBS, anunciou a compra do segundo maior banco do país e um dos maiores da Europa, o Credit Suisse, pela irrisória soma de US\$ 3,25 bilhões, em uma troca de ações, após o Conselho Federal Suíço mudar a legislação para permitir a fusão sem a aprovação dos acionistas e depois do BC suíço garantir ao USB suporte de até US\$ 280 bilhões de liquidez.

Na mesma operação, US\$ 17 bilhões em títulos de risco A1 do Credit foram apagados e não valem mais nada.

É o segundo domingo consecutivo de fortes emoções no sistema financeiro global, com as autoridades suíças freneticamente buscando uma saída antes da abertura das bolsas nesta segunda-feira, dia 20, “desesperadas para evitar que o colapso se espalhasse pelo sistema financeiro global na segunda-feira (20)”, de acordo com a CNN. O Credit Suisse tem 167 anos de existência.

Como registrou o portal Zero Hedge na véspera, “a situação no CS é tão terrível que uma solução precisa ser encontrada antes da abertura de segunda-feira (20 de março). O banco não pode sobreviver em sua forma atual”.

O UBS e o Credit Suisse estão entre os 30 bancos mais importantes do sistema financeiro global, totalizando quase US\$ 1,7 trilhão em ativos.

Ao anunciar o acordo, o presidente da Suíça, Alain Berset, disse que era “um grande passo para a estabilidade das finanças internacionais”. “Um colapso descontrolado do Credit Suisse traria consequências incalculáveis para a Suíça e para todo o sistema financeiro internacional”, admitiu.

“Essa aquisição foi possível com o apoio do governo federal suíço, da Autoridade Supervisora do Mercado Financeiro Suíço e do Banco Nacional Suíço”, acrescentou o BC. As negociações também envolveram até consultas ao Federal Reserve e ao Banco Central Europeu (BCE).

Os acionistas do Credit Suisse receberão apenas 1 ação do UBS por cada 22,5 ações do Credit Suisse que possuem. “É um dia histórico, triste e muito desafiador para o Credit Suisse, para a Suíça e para os mercados financeiros globais”, disse o presidente do Credit Suisse, Axel Lehmann.

“É um dia histórico. Na Suíça é um dia que, francamente, esperávamos que não viesse”, disse o presidente do USB, Colm Kelleher. O UBS decidiu suspender a recompra de ações, mas manterá a distribuição de dividendos. Também irá eliminar o setor de banco de investimento do Credit. Na crise financeira global de 2008, havia sido UBS o resgatado.

A previsão é de que haverá um grande número de demissões, já que os dois bancos se sobrepõem em muitas áreas. O Credit Suisse tem 50 mil funcionários, 17 mil dos quais na Suíça.

AUMENTA A MONOPOLIZAÇÃO

Outra consequência é o agravamento da monopolização do sistema bancário, com todas as suas mazelas. A fusão pode vir a transformar o UBS no maior gestor de patrimônio do mundo, com trilhões em ativos totais investidos, mas há temor sobre a ‘saúde’ dos ativos do Credit Suisse adquiridos.

“Um problema é que o preço informado de US\$ 3,24 bilhões equivale a aproximadamente apenas 4% do valor contábil e cerca de 10% do valor de mercado do Credit Suisse no início do ano. Isso sugere que uma parte substancial dos ativos de US\$ 570 bilhões [valor face] do Credit pode ser prejudicada ou perdida como estando em risco de se tornar prejudicada. Isso pode desencadear um nervosismo renovado sobre a saúde dos bancos”, disse Neil Shearing, economista-chefe do grupo Capital Economics, à CNBC.

PÂNICO BATE NO FED

Em paralelo, o Fed, o BCE, o Banco Nacional Suíço, o Banco do Canadá, o Banco da Inglaterra e o Banco do Japão anunciaram uma ação coordenada para aumentar o fornecimento de liquidez por meio de acordos permanentes de linha de swap de liquidez em dólares americanos, cuja frequência passará de semanal para uma diária nervosa.

Os swaps diários, que começam nesta segunda-feira e se estendem pelo menos até o final de abril, “servirão como um importante suporte de liquidez para aliviar as tensões nos mercados globais de financiamento”, disse o Fed em um comunicado. Haja ‘alívio’.

Na frente interna, o Fed adicionou vultosos US\$ 297 bilhões ao seu balanço de ativos desde a sexta-feira passada, marcando a volta ao Quantitative Easing, ou seja, a impressão de uma montanha de dinheiro, despejada no sistema financeiro que teve início com o colapso do Silicon Valley Bank (SVB).

Dados oficiais mostram ainda que, de lá para cá, os bancos norte-americanos pegaram US\$ 152,9 bilhões em crédito a juros descontados do Fed, a fim de impedir novas corridas bancárias. Também pegaram emprestado US\$ 11,9 bilhões do novo Programa de Financiamento Bancário (BTFP), que exige como contrapartida títulos do Tesouro. US\$ 142,8 bilhões foram emprestados para os novos ‘bancos pontes’ criados pelo órgão regulador norte-americano, o FDIC, que substituiu os falidos SVB e Signature Bank.

ESTADO TERMINAL

O Credit ficou em uma situação terminal na semana passada, após admitir “fragilidades” no quarto trimestre e pesadas perdas (US\$ 7,9 bi) em 2022, enquanto o maior acionista, o Banco Nacional Saudita, declarou que não haveria novo aporte de capital ao buraco sem fundo, dias após a segunda e a terceira maiores falências de banco da história dos EUA.

Nem mesmo um empréstimo de emergência do Banco Nacional Suíço, o BC de lá, de US\$ 54 bilhões, conseguiu deter a sangria, vista como um desdobramento do colapso de Silicon Valley Bank e do Signature Bank do outro lado do Atlântico.

O valor de mercado do Credit despencara para US\$ 8 bi no fechamento na sexta-feira e acabou ‘resgatado’ no domingo por 40% disso. A certa altura, os correntistas estavam retirando mais de US\$ 10 bilhões por dia, segundo o Financial Times.

Atos contra o envio de armas ao regime ucraniano tomam as ruas da capital e de mais de 15 cidades dos EUA, entre elas San Francisco, Los Angeles, Detroit e Seattle

Sob a palavra de ordem de “Paz na Ucrânia – Diga não às guerras sem fim dos EUA e suas sanções”, a Coalizão ANSWER (sigla de Agir Agora para Parar a Guerra e encontrar o Racismo) se uniu a mais de 200 organizações norte-americanas para organizar manifestações em mais de 15 cidades dos Estados Unidos exigindo, entre outras demandas, que a Casa Branca pare de alimentar o conflito na Ucrânia, entupindo o regime de Volodymyr Zelensky de armas.

Faixas e cartazes portadas pelos manifestantes exigiam “Fim à Otan”, “Financiem as necessidades do povo, não a máquina de guerra” e “Alimentem as pessoas e não o Pentágono”.

As manifestações deste sábado (18) foram convocadas para que o chamado à paz ocorresse no momento em que se completam 20 anos da invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

Além de Washington DC, houve manifestações nas cidades de São Francisco, Seattle, Detroit, Los Angeles, entre outras.

O ato foi marcado também por exigências de fim às provocações e sanções contra a China e a Síria e ainda contra o

financiamento do Estado de Israel que mantém a ocupação da Palestina e aumenta a agressão nos territórios ocupados.

Segundo o portal Al Mayadeen, organizadores declararam que as manifestações pela paz visam alertar o povo para uma “guerra global em curso” e também elevar a consciência do público para o “custo humano e financeiro imposto pelo militarismo dos EUA sentido tanto em casa como no exterior”.

A organização ANSWER destacou na convocatória para as manifestações: “Precisamos começar a construir um movimento pela paz agora, antes que o conflito tenha uma escalada ainda maior até um conflito armado aberto entre Estados Unidos e Rússia, dois países com armas nucleares. As questões são muito reais e os perigos são muito grandes para que as pessoas dos Estados Unidos permaneçam ao largo”.

“As pessoas com consciência devem se unir para exigir que haja uma mudança radical na direção militar e de política externa dos EUA. A expansão da Otan tem que acabar. O dinheiro tem que ser investido em educação, saúde e moradia. Exigimos paz, não guerra. Junte-se nós!”

TPI é “marionete nas mãos da Otan”, denuncia o Kremlin ao rechaçar a provocação contra Vladimir Putin

No Conselho de Segurança da ONU, o embaixador Vassily Nebenzia destacou o cinismo de anunciar um ‘mandado de prisão’ contra o presidente Putin “na véspera do 20º aniversário da invasão ilegal americana do Iraque, onde o TPI tinha jurisdição, mas não fez nada para fazer os responsáveis prestarem contas”.

“Moscou considera quaisquer documentos do Tribunal Penal Internacional nulos e ilegais. O TPI embarcou no caminho da autoliquidação”, disse na sexta-feira (17) Vassily Nebenzia, representante permanente da Rússia na ONU, ao Conselho de Segurança, rechaçando a provocação contra o presidente Vladimir Putin.

“O TPI é uma marionete nas mãos do Ocidente coletivo, que está sempre pronto para exercer pseudo-justiça sob encomenda”, acrescentou o representante russo. “Este tribunal internacional tendencioso, politizado e incompetente provou mais uma vez sua inadequação”.

Nebenzia destacou o cinismo do fato de que o tribunal decidiu emitir o mandato contra o presidente Putin e o ombudsman infantil Maria Lvova-Belova “na véspera do 20º aniversário da invasão ilegal americana do Iraque, onde o TPI tinha jurisdição, mas não fez nada para que os responsáveis prestassem contas”.

“A Rússia”, ressaltou Nebenzia, “não é parte do Estatuto de Roma, o TPI não tem jurisdição sobre o país e seus cidadãos. Consideramos como ilegais e nulos quaisquer documentos provenientes deste órgão”.

Também o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, repeliu a provocação, realizada sob a fachada do TPI, classificando as alegações de “ultrajantes e inaceitáveis”.

“A Rússia, como muitos outros Estados, não reconhece a jurisdição deste tribunal. Consequentemente, a Federação Russa considera qualquer um de seus pronunciamentos sem efeito do ponto de vista legal”.

O TPI, patrocinado pelo governo Clinton, foi criado em 1998, e por só perseguir líderes africanos, chegou a ser ironicamente chamado de “Tribunal para Pretos Internacionais”, e desde 2021 é presidido por um súdito

britânico.

Apesar de também ter como sede na mesma cidade holandesa, o TPI não deve ser confundido com a respeitável Corte Internacional de Justiça de Haia. Sua ‘Câmara de Pré-julgamento’ emitiu a provocação, sob a alegação de “transfêrência ilegal” de crianças da “Ucrânia para a Rússia”, um suposto “crime de guerra” russo.

Como se sabe, as autoridades russas evacuaram milhares de moradores de Donetsk, Lugansk, Zaporozhye e Kherson – quatro regiões que votaram esmagadoramente pela adesão à Rússia em setembro passado – para o interior, devido ao bombardeio deliberado de civis pelas forças ucranianas, muitas vezes usando armas fornecidas pela Otan.

O TPI foi estruturado, como lembrou a mídia russa, nos moldes do tribunal instituído pela Otan para julgar Milosevic acusando-o pela resistência que ele comandou ao esquarteramento da Iugoslávia. Nem a Rússia nem a Ucrânia ratificaram o Estatuto de Roma que estabeleceu o TPI. Entre os países que não reconhecem esta ‘corte’ estão a China e os EUA.

Oleksandr Brod, membro do Conselho para o Desenvolvimento da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos, ironizou a provocação. “Os líderes do Terceiro Reich também se imaginavam os governantes do mundo, os donos do direito à verdade. Acabou mal para eles: alguém cometeu suicídio, alguém foi preso após o julgamento em Nuremberg. É uma pena que alguns governantes ocidentais tenham esquecido a história, em agonia eles inventam algum tipo de tribunal, emitem mandados, jogam com uma justiça insignificante e fictícia, que não vale nada”, disse Brod.

O ativista de direitos humanos destacou que, desde 2014, especialistas e advogados russos e estrangeiros coletaram um “volume colossal” de documentos, testemunhos, fotografias e vídeos que confirmam a natureza nazista do regime ucraniano, que cometeu milhares de crimes contra civis. “Não menos criminoso é o apoio a este regime pelos países ocidentais. Assim, os ideólogos e perpetradores de agressão ganharam um veredicto”, enfatiza.

Papa condena perseguição de Zelensky a monges cristãos

O Papa Francisco manifestou na quarta-feira (15) preocupação com a situação em Kiev Pechersk Lavra após as autoridades ucranianas ordenarem que os monges do icônico local cristão ortodoxo do país desocupem o mosteiro até 29 de março.

Francisco disse estar “pensando nos monges ortodoxos no Kiev Lavra” e pediu “às partes em conflito que respeitem os lugares religiosos”. Os clérigos de qualquer denominação “são o apoio do povo de Deus”, acrescentou.

Na semana passada, o Patriarca Kirill, chefe da Igreja Ortodoxa Russa, lançou um apelo aos líderes cristãos de várias denominações e organizações internacionais sobre o “aumento acentuado na pressão do Estado sobre os cristãos ortodoxos na Ucrânia”.

Referindo-se a Kiev Pechersk Lavra, Kirill pediu “todos os esforços possíveis para impedir o fechamento forçado do mosteiro, o que levaria à violação dos direitos de milhões” de fiéis.

Em 10 de março, o Ministério da Cultura da Ucrânia alegou, sem fornecer nenhuma evidência, que a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou havia violado um acordo de 2013, segundo o qual o Estado lhes permitia administrar o local religioso.

Leia mais no site do HP

A China hoje não é o Japão de 1985, por Elias Jabbour

No início da década de 1980 deu-se início ao que muitos intelectuais chamaram de “recuperação do poder americano”. Essa recuperação estaria, à época, ocorrendo em várias frentes. Na frente monetária, o rompimento com Bretton Woods abriu caminho para o poder incontestável do dólar diante de outras moedas nacionais. No âmbito geopolítico, uma verdadeira contrarrevolução foi aberta mundo afora com os Estados Unidos financiando todas as formas de combate militar ao socialismo, principalmente na África e na América Central e de forma direta desafiou e sufocou a União Soviética, acelerando sua desintegração no início dos anos de 1990.

Muitos países do mundo haviam aproveitado a oportunidade oferecida pelas contradições da Guerra Fria no sentido de construir projetos nacionais, alguns deles até com apoio dos EUA, como forma de contraposição ao socialismo, seja o soviético, seja o chinês. Países como o Brasil, México, Coreia do Sul, Alemanha e principalmente o Japão foram se tornando grandes potências comerciais e industriais. Os Estados Unidos trataram de colocar um fim a esse processo. A cobrança da dívida externa de países como o México e o Brasil abriu as portas ao neoliberalismo na América Latina e no caso japonês uma verdadeira humilhação foi imposta em 1985 pelo famoso Acordo de Plaza quando os Estados Unidos decretaram o fim do desenvolvimentismo japonês com a imposição de altas tarifas de importação a produtos japoneses e uma valorização cambial que destruiu com boa parte da competitividade da economia japonesa.

Esse é o comportamento histórico dos Estados Unidos com os países que possam um dia vir a “ameaçar” a sua hegemonia. Bullying militar, monetário, ideológico e as formas mais sujas de calúnia e difamação. Com a China hoje não está sendo diferente.

Muito antes da atual guerra tecnológica que o imperialismo está promovendo contra a China, a taxa de câmbio chinesa e as leis que protegiam determinados setores da economia nacional da China eram alvo de “denúncias” por parte dos Estados Unidos. Mas grande parte das próprias leis chinesas eram resguardadas por seu status de país em desenvolvimento conferido pelos próprios Estados Unidos durante o governo de Clinton. Porém, a temperatura aumentou com a tentativa, no âmbito do Congresso dos EUA, de retirar o status de “país em desenvolvimento” conferido à China, abrindo caminho para mais sanções e tentativas de frear o desenvolvimento econômico chinês. Uma justificativa para este absurdo é o apelo ao papel negativo que a China tem jogado nas chamadas “alterações climáticas”.

A grande questão é que, apesar de todos os avanços econômicos e em setores de alta tecnologia, a China continua e continuará a ser um país em desenvolvimento. Por exemplo, um país em desenvolvimento tem a esmagadora maioria de sua população vivendo nas cidades, não no campo. Dados do Banco Mundial indicam que em 2021 os EUA tinham 83% de sua população vivendo nas cidades, Reino Unido, 84%; Alemanha, 78%; França, 81%, e Japão, 92%. Porém, a China com centenas de milhões de pessoas ainda ocupadas em formas agrícolas ainda não modernas tem apenas 63% de sua população vivendo em cidades. A renda per capita é outra forma muito útil de averiguar o nível de desenvolvimento de um país. Também segundo o Banco Mundial, a renda per capita dos EUA é de US\$ 70.248, a Inglaterra, US\$ 46.510; Alemanha, US\$ 51.203, e a China vem muito atrás com uma renda per capita de US\$ 12.556.

Como afirmar então que a China deixou de ser um país em desenvolvimento diante de pelo menos duas robustas evidências do contrário? A questão é puramente política e ideológica e serve a propósitos que não servem nem aos EUA, muito menos aos chineses e, principalmente, ao mundo. A tentativa de frear o desenvolvimento econômico chinês poderá ser algo catastrófico para o mundo, pois a China tem se tornado um grande dinamizador da economia internacional. Por outro lado, os Estados Unidos equivocam-se não somente na forma como eles operam o conceito de “país em desenvolvimento”.

Ao contrário do Japão, que é um país ocupado militarmente pelos Estados Unidos, a fundação da República Popular em 1949 permitiu aos chineses lidarem com seus objetivos estratégicos dentro de marcos geopolíticos programados pela própria liderança chinesa. O sonho do imperialismo é colocar a China e o mundo de joelhos e varrer o socialismo do horizonte civilizatório da humanidade. A questão é que a China não é o Japão de 1985. Ela se colocou de pé em 1949 e nada, nem ninguém, a colocará de joelhos novamente.

Elias Jabbour é professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vencedor do Special Book Award of China 2022

Artigo produzido em colaboração com a Rádio Internacional da China

190 bancos dos EUA podem quebrar como o SVB, alertam economistas



Elevação das taxas de juros pelo Fed deixa dezenas de bancos dos EUA a descoberto

Presidente Obrador festeja 85 anos da nacionalização do petróleo mexicano

Centenas de milhares de pessoas se reuniram no sábado (18) na Plaza de la Constitución, o Zócalo, na capital do México, para comemorar o 85º aniversário da nacionalização do Petróleo, promovida pelo então presidente Lázaro Cárdenas del Río.

“A estratégia do general pode ser resumida em três ações importantes e consecutivas: primeiro entregou a terra aos camponeses e ajudou os trabalhadores; depois promoveu sua organização; e, finalmente, com essa base social, conseguiu realizar a expropriação do petróleo e de outros bens da nação”, declarou o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador.

Em 18 de março de 1938, Lázaro Cárdenas emitiu um decreto que permitia ao Governo apropriar-se legalmente do petróleo explorado por dezoito empresas estrangeiras, assumindo o controle total da produção e comercialização de petróleo bruto em território nacional, em terra e no mar.

Ele elogiou o projeto de soberania energética promovido por Lázaro Cárdenas, em particular porque — lembrou — “a nacionalização teve que fazer frente ao boicote e sabotagem das companhias petrolíferas estrangeiras”.

López Obrador também se referiu à ameaça, feita em dias recentes por deputados republicanos, de envio de tropas norte-americanas ao México, após o sequestro de quatro cidadãos norte-americanos, ao sul da fronteira, por carteis de drogas.

“Lembramos a esses políticos hipócritas e irresponsáveis que o México é um país independente e livre, não uma colônia ou protetorado dos Estados Unidos”, sublinhou.

“Nunca permitiremos que violem nossa soberania e espezzinhem a dignidade de nossa pátria. Cooperação sim, sub-



Obrador destacou a conquista da autossuficiência em petróleo e derivados diante da multidão no Zócalo

missão não. Intervencionismo não. Oligarquia não”, acrescentou.

LEGADO DE CÁRDENAS

Paralelamente, o presidente assegurou que o seu governo está a trabalhar em “novos projetos” para a produção de combustíveis e para o “resgate” das refinarias. “Podemos dizer que, passados 85 anos, o legado de Lázaro Cárdenas [del Río] está totalmente cumprido”, afirmou.

Como destacou, agora, Obrador, “podemos assegurar que está garantida a soberania petrolífera. No próximo ano não vamos comprar nem gasolina, nem diesel no estrangeiro, vamos processar toda a nossa matéria-prima”.

O governo López Obrador atuou para recuperar a estatal Pemex, assim como o controle sobre o setor elétrico, sucateados pelos governos neoliberais. Ele também instituiu o controle sobre o estratégico lítio. Como ele lembrou, a principal agremiação neoliberal, o Partido Ação Nacional,

foi fundado em 1939, como parte da renhida oposição à nacionalização do petróleo.

López Obrador assinalou que o presidente Cárdenas conseguiu realizar a expropriação do petróleo devido ao maciço e contundente apoio popular que teve, dos trabalhadores, camponeses e grupos sociais mais desfavorecidos beneficiados por suas políticas nacionalistas.

Além disso, destacou, Cárdenas tinha circunstâncias favoráveis, já que naquela época Franklin D. Roosevelt, um grande estadista, que realmente aplicava uma política de boa vizinhança e respeitava a soberania mexicana, governava os Estados Unidos.

Com eleições marcadas para 2024, o presidente López Obrador afirmou à multidão que, “façam o que fizerem”, “os oligarcas não voltarão”. “Não a meias medidas, nunca aceitaremos que uma minoria prevaleça no México à custa da humilhação e do empobrecimento das maiores”, enfatizou.

Leia mais no site do HP

Facebook anuncia mais 10 mil demissões

A Meta, empresa controladora do Facebook, cortará 10.000 de sua força de trabalho global nos próximos meses, anunciou o executivo-chefe Mark Zuckerberg na terça-feira (14). Em novembro, as demissões já haviam atingido cerca de 13% do pessoal do Facebook, Whatsapp e Instagram — mais de 13 mil funcionários.

O novo anúncio eleva as demissões na maior empresa de mídia social do mundo para 23.000 de 87.000 trabalhadores, ou 26%, em cinco meses. Além do Facebook, que tem 2,9 bilhões de usuários ativos em todo o mundo, a Meta também possui as populares plataformas Instagram e WhatsApp, cada uma com 2 bilhões de usuários ativos.

Segundo Zuckerberg, as demissões teriam impacto imediato “no tamanho de nossa equipe de recrutamento”, atingiram “os grupos de tecnologia da empresa no final de abril” e os grupos de negócios “no final de maio”.

As demissões da Meta também aumentaram o número total de trabalhadores de tecnologia demitidos nos EUA em 2023 para 138.302 distribuídos por 485 empresas, conforme rastreado pelo site Layoffs.fyi. As outras grandes demissões

em tecnologia este ano incluíram 12.000 no Google, 10.000 na Microsoft, 8.000 na Amazon, 8.000 na Salesforce e 6.650 cortes na Dell.

Com o fim do dinheiro fácil e a crise no setor de tecnologia grassando à vista de todos — de que a falência do Silicon Valley Bank é um sintoma —, para Zuckerberg essa nova realidade econômica pode vir a continuar “por muitos anos”. “Vai ser difícil e não há como contornar isso”, assegurou aos funcionários que escaparam do facão.

5.000 vagas em aberto, que ainda não foram preenchidas, serão também fechadas, acrescentou. As demissões em massa animaram os especuladores, eo preço das ações da Meta subiu mais de 5%, com a notícia.

Zuckerberg explicou ainda que as demissões ocorrem em meio a um esforço geral para o chamado “ano de eficiência” em 2023 e expressou sua convicção de que uma “organização mais enxuta executará suas prioridades mais altas mais rapidamente”. Ele também concluiu que aqueles que sobreviverem ao abate “serão mais produtivos”.

O SVB, “banco das startups e da alta tecnologia”, foi fechado pelos reguladores na semana passada. Conforme estudo de quatro economistas, cerca de 190 bancos dos EUA enfrentam riscos semelhantes aos que levaram o Silicon Valley Bank à falência

Em torno de 190 bancos norte-americanos estão enfrentando riscos semelhantes aos que levaram à implosão e à falência do Silicon Valley Bank (SVB), de acordo com um artigo publicado esta semana na Social Science Research Network.

O SVB, o “banco das startups e da tecnologia”, que existia há 40 anos, foi fechado pelos reguladores na semana passada após enorme evasão de depósitos.

No estudo, quatro economistas de importantes universidades americanas estimaram quanto em valor de mercado os ativos mantidos pelos bancos americanos perderam devido aos recentes aumentos das taxas de juros.

“De 7 de março de 2022 a 6 de março de 2023, a taxa dos fundos federais subiu acentuadamente de 0,08% para 4,57%, e esse aumento foi acompanhado de aperto quantitativo. Como resultado, ativos de longo prazo semelhantes aos mantidos em balanços bancários sofreram quedas significativas de valor durante o mesmo período”, escreveram eles.

Grande parte desses “ativos de longo prazo” eram Títulos do Tesouro norte-americano, até aqui tidos como um refúgio de segurança por excelência.

O artigo é assinado por Erica Xuewei Jiang, da Universidade do Sul da Califórnia; Gregor Matvos, da Northwestern University — Kellogg School of Management; Tomasz Pikorski, da Columbia University — Columbia Business School; e Amit Seru, da Universidade de Stanford.

“Analisamos a exposição dos ativos dos bancos norte-americanos a uma recente subida das taxas de juro com implicações para a estabilidade financeira”, destaca o artigo.

US\$ 2 TRILHÕES

“É US\$ 2 trilhões menor o valor de mercado dos ativos do sistema bancário dos EUA do que o sugerido pelo valor contábil dos ativos contabilizados para carteiras de empréstimos mantidas até o vencimento”, registra o artigo.

“Os ativos bancários marcados a mercado cairam em média 10% em todos os bancos”, o que se agrava no 5º percentil inferior que sofreu “um declínio de 20%”, destacam os economistas.

“Ilustramos que a alavancagem não segura (isto é, dívida/ativos não segurados) é a chave para entender se essas perdas levariam à insolvência de alguns bancos nos Estados Unidos — ao contrário dos depositantes segurados, os depositantes não segurados podem perder uma parte de seus depósitos se o banco falhar, potencialmente dando-lhes incentivos para ‘correr’”.

EMBLEMÁTICO

Um estudo de caso do recentemente falido Silicon Valley Bank (SVB) é ilustrativo, acrescentam os economistas. “10% dos bancos têm perdas não reconhecidas maiores do que as do SVB. O SVB — observam também — não foi o pior banco capitalizado, com 10% dos bancos tendo uma capitalização menor que o SVB”.

Por outro lado, o SVB tinha a particularidade de ter uma parcela desproporcional de financiamento não segurado: apenas 1% dos bancos tinham maior alavancagem não segura. Combinadas — adverte o estudo —, as perdas e a

alavancagem não segura forneceram “incentivos para uma corrida de depositantes não segurados do SVB”.

“Calculamos incentivos semelhantes para a maioria de todos os bancos dos EUA. Mesmo que apenas metade dos depositantes não segurados decida sacar, quase 190 bancos correm um risco potencial de prejuízo para os depositantes não segurados, com potencialmente US\$ 300 bilhões em depósitos não segurados em risco”, adverte o estudo.

DESCOMPASSO

Embora as taxas de juros mais altas possam beneficiar os bancos, permitindo-lhes emprestar a uma taxa mais alta, muitos bancos dos EUA aplicaram parte significativa de seu excesso de caixa em títulos do Tesouro dos EUA. Isso foi feito quando as taxas de juros estavam em níveis próximos de zero.

O valor desses títulos agora diminuiu muito devido aos aumentos das taxas — os investidores podem simplesmente comprar títulos recém-emissos que oferecem uma taxa de juros mais alta. A queda nas carteiras dos bancos não foi realizada, o que significa que o valor dos títulos caiu, mas a perda ainda está apenas “no papel”.

O problema surge quando os clientes solicitam seus depósitos de volta e os bancos são forçados a vender seus títulos — com uma perda significativa — para pagar os depositantes de volta.

Em casos extremos, isso pode levar à insolvência de um banco ou, como aconteceu com o Silicon Valley Bank, a perda de confiança gerada por essa circunstância pode desencadear uma corrida aos bancos.

RISCO

Os autores do relatório analisaram quanto do financiamento dos credores americanos vem de depósitos não garantidos: quanto maior a parcela, mais suscetível o banco fica a uma corrida. Por exemplo, no SVB, onde 92,5% dos depósitos não eram segurados, a fuga de depósitos causou o colapso do banco em apenas dois dias.

Os autores calcularam que 186 bancos americanos não têm ativos suficientes para pagar a todos os clientes, mesmo que metade dos depositantes sem seguro decida sacar seu dinheiro.

“Nossos cálculos sugerem que esses bancos certamente correm um risco potencial de corrida, na ausência de outra intervenção ou recapitalização do governo...”, concluíram os economistas, observando que o número de bancos em risco poderia ser “significativamente” maior se “retiradas de depósitos não segurados causarem até mesmo pequenas vendas de liquidação”.

A falência do SVB causou repercussões em todo o setor bancário dos Estados Unidos e causou o fechamento de outro credor, o Signature Bank. Na mesma semana, o Silvergate, ligado às criptomoedas, também faliu.

Muitas outras instituições financeiras viram suas ações despencarem, com os seis maiores bancos de Wall Street perdendo cerca de US\$ 165 bilhões em capitalização de mercado, ou cerca de 13% de seu valor combinado. Por sua vez, a agência de classificação Moody’s rebaixou sua perspectiva para o sistema bancário dos EUA de ‘estável’ para ‘negativa’, citando a “rápida deterioração do ambiente operacional”.

China diz que hegemonismo dos EUA traz guerras, pilhagem e exploração (parte 2)

Continuação da edição anterior

Essas práticas hegemônicas unilaterais, egoístas e regressivas têm atraído críticas e oposição crescentes e intensas da comunidade internacional. Os países precisam respeitar uns aos outros e tratar uns aos outros como iguais. Os grandes países devem comportar-se de uma forma condizente com o seu estatuto e assumir a liderança na perseguição de um novo modelo de relações Estado-a-Estado que inclua o diálogo e a parceria, e não o confronto ou a aliança

III. HEGEMONIA ECONÔMICA – PILHAGEM E EXPLORAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lideraram os esforços para estabelecer o Sistema Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que, juntamente com o Plano Marshall,

formaram o sistema monetário internacional centrado no dólar norte-americano. Além disso, os Estados Unidos também estabeleceram hegemonia institucional no setor econômico e financeiro internacional, manipulando os sistemas de votação ponderada, regras e arranjos de organizações internacionais, incluindo “aprovação por maioria de 85%” e suas leis e regulamentos comerciais domésticos. Aproveitando o status do dólar como a principal moeda de reserva internacional, os Estados Unidos estão basicamente arrecadando “senhoriagem” de todo o mundo; e usando seu controle sobre organizações internacionais, coagem outros países a servirem à estratégia política e econômica dos Estados Unidos.

* Os Estados Unidos exploram a riqueza do mundo com a ajuda da “senhoriagem”. Custa apenas cerca de 17 centavos para produzir uma nota de 100 dólares, mas outros países tiveram que desembolsar 100 dólares em bens reais para obter uma. Foi apontado há mais de meio século que os Estados Unidos desfrutavam de privilégios exorbitantes e déficits sem lágrimas criados por seu dólar, e usavam as notas de papel sem valor para saquear os recursos e fábricas de outras nações.

* A hegemonia do dólar norte-americano é a principal fonte de instabilidade e incerteza na economia mundial. Durante a pandemia da COVID-19, os Estados Unidos abusaram de sua hegemonia financeira global e injetaram trilhões de dólares no mercado global, deixando que outros países, especialmente as economias emergentes, pagassem o preço. Em 2022, o Fed encerrou sua política monetária ultralaciv e voltou-se para uma alta agressiva das taxas de juros, causando turbulência no mercado financeiro internacional e uma desvalorização substancial de outras moedas, como o Euro, muitas das quais caíram para o mínimo valor em 20 anos. Como resultado, um grande número de países em desenvolvimento foi desafiado pela alta inflação, desvalorização da moeda e saídas de capital. Isso foi exatamente o que o secretário do tesouro de Nixon, John Connally, observou certa vez, com auto-satisfação, mas precisão nítida, que “o dólar é nossa moeda, mas é problema seu”.

* Com seu controle sobre as organizações econômicas e financeiras internacionais, os Estados Unidos impõem condições adicionais à sua assistência a outros países. A fim de reduzir os obstáculos à entrada de capital e à especulação dos EUA, os países beneficiários são obrigados a promover a liberalização financeira e a abrir os mercados financeiros para que suas políticas econômicas se alinhem com a estratégia



dos Estados Unidos. De acordo com a Review of International Political Economy, juntamente com os 1.550 programas de alívio da dívida estendidos pelo FMI a seus 131 países membros de 1985 a 2014, foram anexadas até 55.465 condições políticas adicionais.

* Os Estados Unidos reprimem intencionalmente seus oponentes com coerção econômica. Na década de 1980, para eliminar a ameaça econômica representada pelo Japão e para controlar e usar este último a serviço do objetivo estratégico da América de enfrentar a União Soviética e dominar o mundo, os Estados Unidos alavancaram seu poder financeiro hegemônico contra o Japão e concluíram o Plaza Accord. Como resultado, o iene subiu e o Japão foi pressionado a abrir seu mercado financeiro e reformar seu sistema financeiro. O Acordo do Plaza desferiu um duro golpe no ímpeto de crescimento da economia japonesa, deixando o Japão com o que mais tarde foi chamado de “três décadas perdidas”.

* A hegemonia econômica e financeira dos Estados Unidos se tornou uma arma geopolítica. Reforçando as sanções unilaterais e a “jurisdição de braço longo”, os Estados Unidos promulgaram leis domésticas como a Lei dos Poderes Econômicos de Emergência Internacional, a Lei Magnitsky Global de Responsabilidade pelos Direitos Humanos e a Lei Contra os Adversários da América Através de Sanções, e introduziu uma série de ordens executivas para sancionar países, organizações ou indivíduos específicos. As estatísticas mostram que as sanções dos EUA contra entidades estrangeiras aumentaram 933% de 2000 a 2021. Somente o governo Trump impôs mais de 3.900 sanções, o que significa três sanções por dia. Até agora, os Estados Unidos tinham ou impuseram sanções econômicas a quase 40 países em todo o mundo, incluindo Cuba, China, Rússia, RPDC, Irã e Venezuela, afetando quase metade da população mundial. Os “Estados Unidos da América” se transformaram nos “Estados Unidos das Sanções”. E a “jurisdição de braço longo” foi reduzida a nada mais do que uma ferramenta para os Estados Unidos usarem seus meios de poder estatal para suprimir concorrentes econômicos e interferir nos negócios internacionais normais. Este é um afastamento sério dos princípios da economia de mercado liberal que os Estados Unidos há muito se gabam.

IV. HEGEMONIA TECNOLÓGICA – MONOPÓLIO E SUPRESSÃO

Os Estados Unidos procuram impedir o desenvolvimento



Sede do FMI em Washington, nos Estados Unidos

científico, tecnológico e econômico de outros países, exercendo poder de monopólio, medidas de supressão e restrições tecnológicas em campos de alta tecnologia.

* Os Estados Unidos monopolizam a propriedade intelectual em nome da proteção. Aproveitando-se da posição frágil de outros países, principalmente em desenvolvimento, sobre direitos de propriedade intelectual e do vazio institucional em áreas relevantes, os Estados Unidos auferem lucros excessivos por meio do monopólio. Em 1994, os Estados Unidos impulsionaram o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), forçando a americanização do processo e dos padrões de proteção à propriedade intelectual na tentativa de solidificar seu monopólio sobre a tecnologia.

Na década de 1980, para conter o desenvolvimento da indústria de semicondutores do Japão, os Estados Unidos lançaram a investigação “301”, construíram poder de barganha em negociações bilaterais por meio de acordos multilaterais, ameaçaram rotular o Japão por comércio injusto e impuseram tarifas retaliatórias, forçando o Japão a assinar o Acordo de Semicondutores EUA-Japão. Como resultado, as empresas japonesas de semicondutores foram quase completamente eliminadas da competição global e sua participação no mercado caiu de 50% para 10%. Enquanto isso, com o apoio do governo dos EUA, um grande número de empresas de semicondutores dos EUA aproveitou a oportunidade e conquistou maior participação de mercado.

* Os Estados Unidos politizam, armam questões tecnológicas e as usam como ferramentas ideológicas. Estendendo demais o conceito de segurança nacional, os Estados Unidos mobilizaram o poder do Estado para suprimir e sancionar a empresa chinesa Huawei, restringiram a entrada de produtos Huawei no mercado norte-americano, cortaram seu fornecimento de chips e sistemas operacionais e coagiram outros países a banir a Huawei de empreender a construção da rede 5G local. Eles até convenceram o Canadá a deter injustificadamente a Diretora Financeira da Huawei, Meng Wanzhou, por quase três anos.

Os Estados Unidos inventaram uma série de desculpas para reprimir as empresas de alta tecnologia da China com competitividade global e colocaram mais de 1.000 empresas chinesas em listas de sanções. Além disso, os Estados Unidos também impuseram controles sobre biotecnologia, inteligência artificial e outras tecnologias de ponta, reforçaram as restrições à exportação, restringiram a triagem de investimentos, suprimiram aplicativos de mídia social chinesa, como TikTok e WeChat, e pressionaram a Holanda e o Japão para restringir as exportações de chips

e equipamentos relacionados ou tecnologia para a China.

Os Estados Unidos também praticaram padrões duplos em sua política para profissionais tecnológicos relacionados à China. Para afastar e suprimir os pesquisadores chineses, desde junho de 2018, a validade do visto foi reduzida para estudantes chineses que se especializam em certas disciplinas relacionadas à alta tecnologia, ocorreram casos repetidos em que acadêmicos e estudantes chineses que vão aos Estados Unidos para programas de intercâmbio e estudo foram injustificadamente recusados e perseguidos, e uma investigação em larga escala sobre estudiosos chineses que trabalham nos Estados Unidos foi realizada.

* Os Estados Unidos solidificam seu monopólio tecnológico em nome da proteção da democracia. Ao construir pequenos blocos tecnológicos como a “aliança dos chips” e a “rede limpa”, os Estados Unidos colocaram rótulos de “democracia” e “direitos humanos” na alta tecnologia e transformaram questões tecnológicas em questões políticas e ideológicas, de modo a fabricar desculpas para seu bloqueio tecnológico contra outros países. Em maio de 2019, os Estados Unidos listaram 32 países para a Conferência de Segurança 5G de Praga na República Tcheca e emitiram a Proposta de Praga na tentativa de excluir os produtos 5G da China. Em abril de 2020, o então secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, anunciou o “caminho 5G limpo”, um plano concebido para construir aliança tecnológica no campo 5G com parceiros ligados por sua ideologia compartilhada sobre a democracia e a necessidade de proteger a “segurança cibernética”. As medidas, em essência, são tentativas dos EUA de manter sua hegemonia tecnológica por meio de alianças tecnológicas.

* Os Estados Unidos abusam de sua hegemonia tecnológica realizando ataques cibernéticos e espionagem. Os Estados Unidos há muito são conhecidos como um “império de hackers”, culpados por seus atos desenfreados de roubo cibernético em todo o mundo. Ele tem todos os tipos de meios para impor ataques cibernéticos e vigilância abrangentes, incluindo o uso de sinais analógicos da estação base para acessar telefones celulares para roubo de dados, manipulação de aplicativos móveis, infiltração de servidores em nuvem e roubo por meio de cabos submarinos. A lista continua.

A vigilância dos EUA é indiscriminada. Todos podem ser alvo de sua vigilância, sejam rivais ou aliados, até mesmo líderes de países aliados como a ex-chanceler alemã Angela Merkel e vários presidentes franceses. A vigilância cibernética e os ataques lançados pelos Estados Unidos, como “Prism”, “Dirtbox”, “Irritant Horn” e “Telescreen Operation” são provas de que os Estados Unidos estão monitorando de

perto seus aliados e parceiros. Essa espionagem de aliados e parceiros já causou indignação mundial. Julian Assange, fundador do Wikileaks, um site que expôs os programas de vigilância dos EUA, disse que “não espere que uma superpotência global de vigilância aja com honra ou respeito. Só existe uma regra: não há regras.”

V. HEGEMONIA CULTURAL – ESPALHANDO NARRATIVAS FALSAS

A expansão global da cultura americana é uma parte importante de sua estratégia externa. Os Estados Unidos costumam usar ferramentas culturais para fortalecer e manter sua hegemonia no mundo.

* Os Estados Unidos incorporam valores norte-americanos em seus produtos, como filmes. Os valores e o estilo de vida norte-americanos são um produto vinculado a seus filmes e programas de TV, publicações, conteúdo de mídia e programas de instituições culturais sem fins lucrativos financiadas pelo governo. Formam, assim, um espaço cultural e de opinião pública no qual a cultura norte-americana reina e mantém a hegemonia cultural. Em seu artigo A Americanização do Mundo (The Americanization of the World), John Yemma, um estudioso americano, expôs as verdadeiras armas da expansão cultural dos Estados Unidos: Hollywood, as fábricas de design de imagem na Madison Avenue e as linhas de produção da Mattel Company e da Coca-Cola.

Existem vários veículos que os Estados Unidos usam para manter sua hegemonia cultural. Os filmes americanos são os mais usados; eles agora ocupam mais de 70% da participação no mercado mundial. Os Estados Unidos exploram habilmente sua diversidade cultural para atrair várias etnias. Quando os filmes de Hollywood descem pelo mundo, eles gritam os valores americanos ligados a eles.

* A hegemonia cultural americana não se mostra apenas na “intervenção direta”, mas também na “infiltração da mídia” e como “uma trombeta para o mundo”. A mídia ocidental dominada pelos EUA tem um papel particularmente importante na formação da opinião pública global em favor da intromissão dos EUA nos assuntos internos de outros países.

O governo dos EUA censura estritamente todas as empresas de mídia social e exige sua obediência. O CEO do Twitter, Elon Musk, admitiu em 27 de dezembro de 2022 que todas as plataformas de mídia social trabalham com o governo dos EUA para censurar o conteúdo, informou a Fox Business Network. A opinião pública nos Estados Unidos está sujeita à intervenção do governo para restringir todos os comentários desfavoráveis. O Google geralmente faz as páginas desaparecerem.

O Departamento de Defesa

dos EUA manipula as mídias sociais. Em dezembro de 2022, o The Intercept, um site investigativo independente dos EUA, revelou que, em julho de 2017, o oficial do Comando Central dos EUA, Nathaniel Kahler, instruiu a equipe de políticas públicas do Twitter a aumentar a presença de 52 contas em língua árabe em uma lista que ele enviou, seis das quais deveriam receber prioridade. Uma das seis foi dedicada a justificar os ataques de drones dos EUA no Iêmen, alegando que os ataques foram precisos e mataram apenas terroristas, não civis. Seguindo a diretiva de Kahler, o Twitter colocou essas contas em língua árabe em uma “lista branca” para amplificar certas mensagens.

* Os Estados Unidos praticam dois pesos e duas medidas em matéria de liberdade de imprensa. Eles brutalmente reprimem e silenciam a mídia de outros países por vários meios. Os Estados Unidos e a Europa barram a grande mídia russa, como o Russia Today e o Sputnik, de seus países. Plataformas como Twitter, Facebook e YouTube restringem abertamente as contas oficiais da Rússia. Netflix, Apple e Google removeram canais e aplicativos russos de seus serviços e lojas de aplicativos. Uma censura draconiana sem precedentes é imposta aos conteúdos relacionados à Rússia.

Os Estados Unidos abusam de sua hegemonia cultural para instigar a “evolução pacífica” nos países socialistas. Ele cria meios de comunicação e equipamentos culturais visando países socialistas. Ele despeja quantias impressionantes de fundos públicos em redes de rádio e TV para apoiar sua infiltração ideológica, e esses porta-vozes bombardeiam países socialistas em dezenas de idiomas com propaganda inflamatória dia e noite.

Os Estados Unidos usam a desinformação como uma lança para atacar outros países e construíram uma cadeia industrial em torno dela: há grupos e indivíduos inventando histórias e vendendo-as em todo o mundo para enganar a opinião pública com o apoio de recursos financeiros quase ilimitados.

CONCLUSÃO

Enquanto uma causa justa ganha seu amplo apoio campeão, uma causa injusta condena seu perseguidor a ser um pária. As práticas hegemônicas, dominadoras e intimidadoras de usar a força para intimidar os fracos, tirar dos outros pela força e subterfúgios, e jogar jogos de soma zero estão exercendo graves danos. As tendências históricas de paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo são imparáveis. Os Estados Unidos têm se sobreposto à verdade com seu poder e pisoteando a justiça para servir ao interesse próprio. Essas práticas hegemônicas unilaterais, egoístas e regressivas têm atraído críticas e oposição crescentes e intensas da comunidade internacional.

Os países precisam respeitar uns aos outros e tratar uns aos outros como iguais. Os grandes países devem comportar-se de uma forma condizente com o seu estatuto e assumir a liderança na perseguição de um novo modelo de relações Estado-a-Estado que inclua o diálogo e a parceria, e não o confronto ou a aliança. A China se opõe a todas as formas de hegemonismo e política de poder e rejeita a interferência nos assuntos internos de outros países. Os Estados Unidos devem realizar um exame de consciência sério. Deve examinar criticamente o que fez, deixar de lado sua arrogância e preconceito e abandonar suas práticas hegemônicas, dominadoras e intimidadoras.